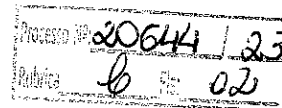


**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**Identificador: **bef58362-a28a-4a0a-b6ac-686b9368f94f**Protocolo: **Processo Requerimento Nº 020644/2023**Data: **04/08/2023 10:14:40**Origem: **TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA**

*** contatos indisponíveis ***

Contato: **TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA**

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: **MATEUS DE CASTRO**Assunto: **IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO**Detalhamento: **IMPUGNAÇÃO****HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 04/08/2023 10:14:57	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Impugnação

A
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Secretaria de Governo
Subsecretaria de Serviços Concedidos
Av. Alberto Braune, nº 224 - 2º Andar/Sala 212, Centro
Nova Friburgo/RJ

A.c.: Sr. Leonardo Gabrig Peixoto - Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 157/2023
Processo Licitatório nº 5.561/2023

A **TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.** ("Tacom"), sociedade empresária, com sede na Av. Raja Gabaglia, nº 3.800, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.005.845/0011-04, vem, com base nos artigos 41, §1º, da Lei Federal n. 8.666/1993 e 24 do Decreto n. 10.024/2019, e no item 6.6 do Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023 ("Edital"), apresentar **impugnação ao Edital**, pelos fundamentos a seguir expostos.

I. TEMPESTIVIDADE

1. Nos termos do item 6.6 Edital de Licitação nº 157/2023 ("Edital"), a impugnação deverá ser apresentada até 03 (três) dias úteis antes da datada fixada para a abertura das propostas.
2. A data designada para a abertura da Sessão de Lances é o dia 08 de agosto de 2023.
3. Assim, apresentada até 03 de agosto de 2023, esta impugnação é tempestiva.

II. INTRODUÇÃO

4. O Município de Nova Friburgo ("Município"), por intermédio da Secretaria de Governo, publicou, no dia 02 de agosto de 2023, o Edital para a contratação de empresa para "*o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses*".



5. Interessada em participar do processo licitatório, a Tacom analisou o instrumento convocatório e seus anexos e constatou a existência de disposições que não observam a legislação aplicável, caracterizando vícios de nulidade do instrumento convocatório.

6. Os vícios em questão, autônomos e suficientes, isoladamente, para colocar em risco o sucesso da contratação e o atendimento ao interesse público, representam indevida restrição ao caráter competitivo do certame e violam o princípio constitucional da busca pela proposta mais vantajosa.

7. Assim, caso mantidos, tais vícios certamente darão ensejo à anulação da licitação, ocasionando danos ao Município e ao próprio interesse público, o que não pode ser admitido. É o que se passa a demonstrar.

III. INSUFICIÊNCIA NA FORMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO ART. 30, II, DA LEI FEDERAL N. 8.666/1993 E AO PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

8. A Lei Federal n. 8.666/1993, aplicada subsidiariamente às licitações realizadas pela modalidade pregão, é bastante clara no tocante à regulamentação das exigências de qualificação técnica nos editais de licitação. O art. 30, II, prevê que essas exigências devem permitir a ***“comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”***.

9. Tais disposições são imprescindíveis para a correta apreensão do princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da mesma Lei, e categorizado como finalidade última das licitações.¹

10. Com efeito, o princípio da seleção da proposta mais vantajosa deve ser compreendido sobre ao menos dois aspectos fundamentais, sendo cada um deles direcionado à prestação de uma das partes contratantes: a própria Administração Pública e o particular contratado.

11. Quanto à parcela da Administração Pública, é evidente que o que se espera é que esta seja onerada o mínimo possível, do ponto de vista econômico, na execução do objeto contratual. Isto significa dizer que o Poder Público deve encontrar os meios necessários para selecionar proposta competitiva, com preços adequados aos padrões

¹ “Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração [...]”

de mercado e que sejam condizentes com a qualidade e as condições esperadas na execução do escopo do contrato.

12. Quanto à parcela do particular, o que se impõe é o devido cumprimento das obrigações contratuais, tal qual estabelecidas no instrumento convocatório, com padrões mínimos de qualidade e eficiência. Em outras palavras, o contratado deve cumprir a contento as prestações contratualmente estabelecidas em proporcionalidade e em conformidade com os preços por ele ofertados e selecionados pela Administração Pública, garantindo a conclusão do objeto contratual.

13. Como bem ensina **Marçal Justen Filho** sobre o princípio ora discutido, “a maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular realizar a melhor prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício”.² Este é o sentido que se extrai do princípio da seleção da proposta mais vantajosa, que, obviamente não pode ser interpretado única e simplesmente sob o viés da economicidade.

14. E esta relação custo-benefício está diretamente relacionada às exigências de habilitação. Tais exigências devem ser suficientes para garantir, invariável e indispensavelmente, “o cumprimento das obrigações” contratuais, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição da República.

15. Ou seja, se por um lado a Administração Pública não pode restringir a competitividade das licitações (a fim de garantir a existência de disputa real entre os particulares, o que reflete na redução dos preços ofertados), de outro, ela tampouco pode deixar de se resguardar quanto à necessidade de que sejam habilitadas apenas as empresas efetivamente capazes de executar o objeto licitado, seja do ponto de vista econômico-financeiro (nos termos do art. 31 da Lei Federal n. 8.666/1993), seja do ponto de vista da qualificação técnica (conforme art. 30 da Lei Federal n. 8.666/1993).

16. E especificamente sobre o papel das exigências de qualificação técnica, são fundamentais as observações de **Fernando Vernalha Guimarães** e **Egon Bockman Moreira**:

“Não se podem conceber contratações com a Administração Pública desprovidas de avaliação acerca da capacitação técnica dos executores. A exigência descende de vários princípios que informam a atividade

² JUSTEN FILHO, *Ibid.* 2014, p. 71.

administrativa, sobretudo dos da melhor administração e da salvaguarda do interesse geral. Tem sede constitucional, a teor do inciso XXI do art. 37 da Lei Fundamental. **A capacitação técnica do contratante há de ser necessariamente aferida pela Administração segundo critérios previamente definidos no edital de licitação, nos termos do art. 30 da LGL.**

[...] fato é que não se pode avaliar a aptidão dos futuros contratados case estes não sejam aptos a demonstrar um mínimo de experiência quanto ao objeto do futuro contrato”³

17. Por estas razões é fundamental que, a partir das características do próprio objeto licitado, a Administração Pública defina exigências que sejam suficientes para permitir a efetiva avaliação da qualificação técnica dos licitantes.

18. A este respeito, o **Tribunal de Contas da União – TCU** já decidiu de forma bastante enfática. Em caso referente a contratação promovida pela Agência Espacial Brasileira (AEB), o **TCU** decidiu manter penalidade que havia sido previamente aplicada aos gestores considerados responsáveis por deixar de prever exigências de qualificação técnica que fossem suficientes para garantir a seleção da proposta mais vantajosa.⁴

19. Em resumo, o **TCU** decidiu pela punição dos agentes públicos por terem dado causa, em razão de exigências de qualificação técnica insuficientes, à contratação de empresa desqualificada para a execução do objeto.

20. Nesse sentido, destaca-se a análise feita pela equipe técnica do Tribunal sobre o caso:

³ GUIMARÃES, Fernando Vernalha; MOREIRA, Egon Bockman. *Licitação Pública*. São Paulo: Malheiros, 2012, pp. 286-287.

⁴ Assim dispõe o Acórdão n. 3.491/2014-P, que formalizou a aplicação da penalidade aos agentes públicos, motivando a interposição do recurso posteriormente julgado improcedente pelo TCU:

“17. Já a segunda contratação, da mesma empresa, foi realizada ao fim do contrato emergencial, mediante prévio Pregão Eletrônico nº 2/2014, o qual continha exigências para comprovação de aptidão técnica insuficientes para o atendimento do art. 30, II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, destacando-se que, nesse caso, a experiência de maior vulto da Xtotal baseou-se na contratação emergencial pela própria AEB.

[...] reitero a minha concordância com a aplicação de multa aos responsáveis, vez que a atuação deles mostrou-se determinante para a ocorrência das irregularidades descritas nestes autos.

[...]

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]9.3. aplicar aos Srs. André de Assis Machado e Francisco Cleodato Porto Coelho, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;” (TCU – Acórdão n. 3.491/2014-P; Rel. Min. André de Carvalho; Data da sessão 03/12/2014)

“6.7. Primeiramente, recorde-se que a apenação do responsável foi motivada pela constatação de que, no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 2/2014, as exigências para comprovação de aptidão técnica eram insuficientes para o atendimento do art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993, contrariando a jurisprudência desta Corte, em especial o Acórdão 1.214/2013 - Plenário, o que resultou na contratação de empresa cuja qualificação técnica não guardava proporcionalidade com o objeto à data de realização da sessão de lances.”

[...] a Administração tinha elementos suficientes para dar pelo cumprimento ao art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993, tanto que Pregão Eletrônico n.º 10/2013 realizado pela própria AEB, o qual tinha por objeto uma contratação similar (copeiragem), fixou exigências de qualificação técnica compatíveis com a referida instrução normativa e o acórdão do TCU, muito embora lançado anteriormente ao certame questionado, e mesmo com previsão de valor mensal muito inferior.

6.12. Consoante anotou o Relator *a quo*, essa última constatação tornava ainda mais injustificável a opção adotada pelos gestores de não estabelecer critérios rígidos quando da realização do Pregão 2/2014, tudo evidenciando que houve a intenção deliberada em flexibilizar as exigências do edital, de modo, assim, a viabilizar a contratação da empresa Xtotal, expondo, desta forma, a Administração mais uma vez a riscos.

[...]

CONCLUSÃO

7. Das análises anteriores, conclui-se que:

[...]

b) não restou demonstrada a regularidade da aceitação da qualificação técnica da empresa Xtotal no âmbito do pregão eletrônico, uma vez que formuladas exigências aquém das reais necessidades da entidade contratante.”

(TCU – Acórdão n. 2.896/2015-P; rel. Min. Bruno Dantas; data da sessão 11/11/2015)

21. E o voto do Ministro Relator, que pautou o sentido do acórdão proferido ao final, desprovendo o recurso interposto pelos agentes públicos responsáveis, seguiu integralmente o entendimento expresso pela equipe técnica:

“16. Em relação ao presente caso, restou consignado que em licitação anterior, a qual tinha por objeto a prestação de serviços de copeiragem (pregão 10/2013), a AEB fixou exigências de qualificação técnica compatíveis com o Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário e com a IN-SLTI/MPOG 6/2013. Assim, independentemente de os referidos dispositivos terem caráter vinculante ou de estarem vigentes ao tempo do pregão 2/2014, **é certo que os gestores da AEB já tinham elementos suficientes para minimizar o risco de a Administração contratar empresa inapta a bem executar o objeto do contrato, dando cumprimento ao art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993.**

17. Ora, se em licitação anterior (pregão 10/2013) a AEB estabeleceu critérios de qualificação técnica visando a conferir maior segurança para a Administração, é inconteste a afirmação do Relator *a quo* de que foi injustificável a opção adotada pelos gestores de não estabelecer requisitos técnicos rígidos por ocasião da licitação posterior (pregão 2/2014).

18. Na realidade, **tal conjuntura indica que pode ter havido a intenção deliberada de flexibilizar as exigências do edital e viabilizar a contratação da empresa Xtotal.** A situação é agravada por outros vícios ocorridos na condução do pregão 2/2014, a exemplo da desclassificação indevida de proposta mais vantajosa de outra empresa, em ato contrário aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, à jurisprudência deste TCU e à IN-SLTI/MPOG 2/2008 (objeto do item 9.7 do Acórdão 3.491/2014-TCU-Plenário, ora recorrido).”

(TCU – Acórdão n. 2.896/2015-P; rel. Min. Bruno Dantas; data da sessão 11/11/2015)

22. Contudo, a despeito de todo este panorama normativo e jurisprudencial, **o Edital ora impugnado não contemplou exigências de qualificação técnica para as parcelas mais relevantes do serviço licitado, medida fundamental para a garantia da seleção da proposta mais vantajosa e para a adequada execução do objeto licitado.**

23. Vale ressaltar que o objeto licitado contempla serviços de gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, bem como de monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo no município de Nova Friburgo, incluindo o fornecimento de sistemas de gestão de frota, sistemas de informações ao usuário e sistemas de CFTV embarcados, **de modo que a exigência de qualificação técnica (por meio de atestados)**

relacionada a ambos os serviços seria a única forma de garantir que a Administração Pública contratasse licitante qualificado para a execução dos serviços.

24. No entanto, o subitem 11.10 do Edital, ao elencar os documentos que devem ser apresentados pelos licitantes para fins de comprovação da sua capacidade técnica, exige a apresentação de atestados voltados para as atividades relacionadas aos serviços de bilhetagem eletrônica, **referentes exclusivamente a transações de uso de recarga de cartões eletrônicos.**

25. De igual forma, a exigência de qualificação técnica referente à gestão de hardware e software de terminais de autoatendimento (equipamentos ATM) e à operação de pontos de venda (POS), impedem a participação de empresas que, apesar de disporem de qualificação relativa à gestão de hardware e software de terminais de autoatendimento (equipamentos ATM) ou à operação de pontos de venda (POS), não podem comprovar experiência para ambas estas atividades.

26. Ao assim o fazer, o Edital, além de restringir a competição, ao impedir a participação de empresas que dispõem apenas de qualificação relativa a sistemas baseados em contas e que poderiam prestar a contento o serviço de interesse do Município, **não resguarda a Administração Pública, visando garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução do objeto licitado.**

27. Dessa maneira, **as exigências do Edital não estão adequadas ao propósito da licitação de seleção da proposta mais vantajosa.** No cenário atual, o instrumento convocatório permite a contratação de empresa que pode não ser tecnicamente habilitada à execução do objeto, em especial no que diz respeito às parcelas de maior complexidade e valor significativo do objeto licitado, contrariando as disposições do art. 30, II, §2º, da Lei Federal n. 8.666/1993 e a própria jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

IV. AUSÊNCIA DE CLAREZA E INSUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO EDITAL PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS. DO PREJUÍZO AO JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA: VIOLAÇÃO AOS ARTS. 3º E 45 DA LEI FEDERAL N. 8.666/1993 E ART. 3º DA LEI FEDERAL N. 10.520/2002

28. Na mesma linha do que se expôs acima, no sentido de que a Administração deve se resguardar quanto à necessidade de que sejam habilitadas apenas as empresas efetivamente capazes de executar o objeto licitado, também deve a **Administração se preocupar em trazer no instrumento convocatório definições objetivas e concretas do objeto que pretende licitar, exatamente para fornecer aos licitantes interessados condições de oferecerem propostas adequadas ao interesse público e que tenham condições de serem avaliadas objetivamente, a partir de um critério único, previamente definido, nos termos do art. 3º, já transcrito acima e do art. 45, caput, da Lei n. 8.666/1993:**

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo **em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos**, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

29. Essa obrigação da Administração, contudo, também não pode ser verificada no Edital impugnado, na medida em que se verifica ausência de informações básicas e inadequações nas especificações técnicas dos softwares, sistemas e equipamentos que devem ser implantados e fornecidos pela empresa vencedora do certame, de forma que não há qualquer possibilidade de se julgar a proposta das licitantes de forma isenta.

30. Ao longo do Edital, é possível observar a ausência de clareza, contradição e/ou indefinição de diversas informações necessárias para a execução contratual, o que resulta na indefinição do objeto licitado.

31. Os principais problemas identificados dizem respeito a indefinições quanto ao cronograma, informações técnicas, emissão das ordens de serviço e medição dos serviços já executados, aliados a vícios materiais e contradições por todo o instrumento convocatório.

32. Nesse contexto, os licitantes não dispõem de informações suficientes para elaborar uma proposta comercial responsável, violando o disposto nos artigos 3º, I a III da Lei n. 10.520/2002 e artigos 6º, IX e 7º, §2º, I da Lei nº 8.666/93.

33. Uma das principais tarefas a serem cumpridas pelo Poder Público durante a fase interna da licitação (senão a mais importante delas) é a delimitação de forma precisa, clara e objetiva do objeto a ser licitado.

34. Como bem explica **Marçal Justen Filho**, é essencial para que a licitação atenda às suas finalidades constitucionais e para que se evitem vícios insanáveis durante a condução do certame que o seu objeto seja previamente definido pela Administração Pública por meio da elaboração do projeto básico:

“(...) é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.

Uma vez dominando de modo preciso e exato as condições da contratação, torna-se possível conceber a contratação.

Portanto, **haverá defeito usualmente insanável nos casos em que a Administração concebe a licitação sem haver previamente definido o modelo contratual e as condições de execução das prestações a serem assumidas pelas partes.** Em suma, não existe cabimento disciplinar o meio (licitação) sem a precisa delimitação do fim (contratação administrativa).

(...)

Nenhuma licitação para obras e serviços no regime da Lei n. 8.666/1993 pode ser instaurada sem a existência ao menos do projeto básico (ou equivalente, quando o objeto não envolver atividade de engenharia). **A exigência da elaboração de projeto básico é imposta como condição para instauração da licitação precisamente porque é necessário conhecer os detalhes e as características do objeto a ser contratado para definir as condições da disputa.”**⁵

35. Sem prejuízo do que dispõe a Lei n. 10.520/2002 (art. 3º), os artigos 6º, IX, e 7º, §2º I, da Lei nº 8.666/1993 estabelecem as seguintes diretrizes acerca da definição e delimitação do objeto licitado:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, **para caracterizar a obra ou serviço**, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, **que assegurem a viabilidade**

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 17ª ed. Revista dos Tribunais, 2016, pp. 222-225.

técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

[...]

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

[...]

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;”

36. A Lei – frise-se: plenamente aplicável as licitações realizadas pela modalidade pregão – é bastante clara: nenhuma licitação (incluindo a contratação de serviços) poderá ser instaurada sem a elaboração de um projeto básico (ou termo de referência), o qual deve conter a identificação e a descrição dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregados na sua execução.

37. Em outras palavras, a definição do objeto nos procedimentos licitatórios é essencial para a adequada conformação do Edital, das exigências de habilitação, dos preços de referência e, principalmente, das determinações para elaboração da proposta pelos licitantes.

38. A formulação de instrumento convocatório que não contempla uma clara descrição do objeto, com seus quantitativos e especificidades técnicas, amplia exageradamente o espectro de possibilidades para a elaboração das propostas, dando margem à apresentação de propostas muito distintas e, por consequência, pouco competitivas.

39. O risco para o interesse público, nesses casos, é evidente: haverá grande chance de se contratarem preços mais elevados que o necessário e/ou serviços de qualidade inferior ao esperado.

40. Devido à relevância dessa matéria para o sucesso das licitações públicas, o próprio **TCU** já emitiu súmula consolidando seu entendimento:

“Súmula TCU n. 177:

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, **a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.**”

41. O **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais** não tergiversa sobre o tema, podendo-se citar os seguintes precedentes, a título meramente exemplificativo:

“[Edital. Irregularidade. Ausência de informações relevantes no Termo de Referência.] (...) **o Termo de Referência elaborado pela Administração e inserido no edital é deficiente, pois não contém: a) planilhas de quantitativos e preços unitários; b) forma e prazo de execução dos serviços** (...) Desse modo, caberá à Administração, para a elaboração do orçamento, em um primeiro momento, **definir com precisão e clareza o objeto a ser contratado**, assim como suas quantidades, sempre que possível, frente às suas necessidades, considerando o interesse público perseguido. **O orçamento daquilo que se está licitando, por óbvio, é ato imprescindível para a condução de todo o processo, especialmente para proceder ao controle dos preços propostos à Administração**, se excessivos ou inexequíveis. Trata-se, antes de tudo, de ato inerente ao gerenciamento eficaz de recursos, sejam eles públicos ou não.

(...)

O Edital é deficiente, ainda, na medida em que o instrumento convocatório não possui nenhum elemento capaz de identificar disposições relativas à entrega dos serviços, prazo de execução de alinhamento, balanceamento, caster, cambagem e acessórios.” (Denúncia n. 875.848, Rel. Conselheiro Eduardo Carone, 24/05/2012)

“(...) o projeto básico, que deve conter, com fulcro no inc. IX do art. 6º da Lei n. 8.666/93, **elementos suficientes para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação**; deve ser elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, asseguradores da

viabilidade técnica e do adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento; e deve possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.” (TCE/MG – Processo n. 838601; Rel. Cons. Sebastião Helvécio; Data da sessão: 05/07/2012)

42. Neste contexto, o Edital, o respectivo Termo de Referência (documento que no pregão faz as vezes do projeto básico) e a Planilha de Orçamento deveriam ser os instrumentos aptos a demonstrar todos os quantitativos, informações e especificações técnicas necessários à delimitação do objeto licitado no caso concreto.

43. No entanto, o Edital em questão não determina de forma clara e objetiva tais informações, frustrando toda a possibilidade de sucesso e atendimento ao interesse público desta licitação.

44. Justifica-se, assim, as seguintes lições do renomado prof. Marçal Justen Filho:

“Quando o Estado omite as providências técnicas e deixa de fornecer informações absolutamente detalhadas e minuciosas, está ampliando o risco de licitação invalidada ou de concessão frustrada. Atua-se contra o interesse público em tais hipóteses.

Isso é tanto mais grave por quatro motivos outros.

O primeiro é o de que **a ausência de informações produz dificuldades na elaboração das propostas e pode reduzir o universo de licitantes.** Quanto mais restritas forem as informações disponibilizadas pela Administração acerca das condições de execução do objeto da concessão, tanto menor poderá ser o universo dos licitantes. É que os particulares poderão hesitar em arcar com custos elevados para elaborar suas propostas, sem ter a certeza de que sairão vencedores do certame. Depois, os prazos fornecidos para apresentação das propostas poderão ser insuficientes para um particular obter todas as informações necessárias. **Portanto, a administração estará produzindo meio indireto de restrição à participação no certame.** (...)

Uma solução seria remeter cada licitante a realizar tais despesas, integrando-as no custo de suas propostas. Esta solução seria juridicamente inválida por quatro motivos. (...).

Em quarto lugar, haverá restrição indevida do universo de licitantes. Muitos potenciais interessados poderão considerar que o custo de

participar na licitação é muito elevado e o risco não é compensatório. Se todas as informações já estivessem disponíveis, eles participariam da licitação. A multiplicação do número de licitantes é fator de ampliação das vantagens para a Administração. Logo, omitir essas informações prévias retrata forma indireta de restringir o universo de licitantes. A isso se opõem os princípios da isonomia e da moralidade⁶.

45. Como se vê, não há dúvidas de que as informações omitidas pelo Edital, que serão melhor detalhadas abaixo, são essenciais para que seja permitido aos particulares compreenderem, de forma adequada, quais serão os custos da operação.

46. **Visto que o Edital não disponibilizou tais informações essenciais, a Administração amplia exageradamente o espectro de possibilidades para a elaboração das propostas, dando margem a apresentações muito distintas e, conseqüentemente, pouco competitivas.**

47. E, nesse contexto, é evidente que o Edital deixa de preencher os requisitos do art. 3º, I a III da Lei n. 10.520/2002 e art. 6º, IX e art. 7º, §2º, I da Lei n. 8.666/93, o que consiste em uma razão autônoma e suficiente para demonstrar a ilegalidade do certame e a necessidade de sua anulação.

48. Como dito no início desse tópico, o Edital possui vários itens em que é possível observar a ausência de clareza, contradição e/ou indefinição de informações necessárias para a execução contratual, o que resulta na indefinição do objeto licitado.

49. Esses problemas se referem, principalmente, ao cronograma, informações técnicas, emissão das ordens de serviço e medição dos serviços já executados, aliados a vícios materiais e contradições por todo o instrumento convocatório, como será melhor elucidado abaixo.

IV.1. Da ausência de definição do cronograma

50. No item 2.3.3, o Edital pressupõe a existência de um cronograma para a execução do projeto, mas não o apresenta e nem estabelece quando e por quem ele será fornecido. Diante da ausência desse cronograma, não é possível definir os prazos para o fornecimento dos equipamentos e para a prestação dos serviços, itens essenciais para a elaboração das propostas.

⁶MARÇAL JUSTEN FILHO, *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001, p. 282.



51. Considerando que o cronograma é uma ferramenta indispensável para o planejamento do serviço e, conseqüentemente, para a definição do objeto da licitação, sua indefinição prejudica a previsibilidade e a elaboração da proposta pelas licitantes, já que se torna impossível estimar, de forma precisa e adequada, quando cada etapa dos serviços será realizada.

52. Alguns exemplos de consequências resultantes do não fornecimento do Cronograma, é a impossibilidade, por parte dos licitantes, em identificar quais são os prazos para: (i) a aquisição, instalação e configuração dos validadores previstos no item 2.1.4 do Termo de Referência, equipamento principal e fundamental para a execução do objeto; (ii) a migração dos cartões do sistema atual para o novo, prevista o item 2.1.4, "w", do Termo de Referência; (iii) a desativação e substituição dos sistemas e equipamentos fornecidos pela contratada, ao final do contrato; (iv) o início do fornecimento/execução dos serviços contratados, bem como eventual pagamento e multas decorrentes de atraso.

53. Uma vez que o objeto contempla a realização de diversas atividades e entregas sem qualquer previsão de prazo, fica a cargo de cada licitante estimar o seu próprio cronograma, sem que haja qualquer baliza ou orientação para tal. **Dessa forma, a tendência é que cada proposta seja elaborada com base em raciais completamente diferentes, impossibilitando que sejam comparadas de forma objetiva.**

54. Já que cada licitante precisaria usar as próprias bases técnicas e estimativas para a elaboração do cronograma, empresas com condições de vencer a licitação poderiam ofertar preços mais caros por um excesso de zelo, diante do desconhecimento das expectativas do Poder Público, tornando a licitação mais onerosa ou impedindo que essas empresas vencessem e prejudicando a competitividade. Outras empresas, mais aventureiras, poderiam ofertar preços mais baratos, mas que na prática não poderão ser cumpridos, o que também prejudicaria a competitividade do certame e poderia resultar em diversos conflitos contratuais no futuro.

55. Em todos os cenários, a ausência de definição preliminar do cronograma prejudica o interesse público, a competitividade e a comparação objetiva das propostas, de modo que para que os licitantes possam apresentar propostas adequadas e consistentes, **se faz necessária a disponibilização do Cronograma pela Administração ou o oferecimento de balizas para sua implementação no contexto do próprio Edital**, sob pena dessa ausência se configurar uma ilegalidade insanável, capaz de anular o certame.

IV.2. Da ausência de informações técnicas que definem o objeto

56. Além de não disponibilizar o cronograma para a execução dos serviços, o Edital também não oferece informações técnicas o suficiente para definir o objeto, o que também impossibilita a elaboração de propostas precisas e conscientes, bem como o julgamento objetivo por parte do Poder Público.

57. Ora, o Edital e o Termo de Referência não trazem as características atuais do Sistema de Bilhetagem de Nova Friburgo, como, por exemplo, quantos veículos compõem o serviço, quantas linhas e garagens existem no Município, quantos e quais os tipos de cartões são distribuídos.

58. O instrumento convocatório também não define como deverá ser o processo de migração entre o sistema atual e o novo e nem quais serão as regras de recuperação e transferência de saldo de cartões e de quem é a responsabilidade pela instalação.

59. Outros exemplos de indefinições que prejudicam a competitividade do certame e tornam impossível a definição precisa do objeto do Pregão são a ausência de: (i) informações técnicas sobre os termos e condições aplicáveis à interoperabilidade com outros emissores de crédito de transporte, conforme item 2.1.3 do Termo de Referência; (ii) clareza sobre o significado do termo “operação” no caso concreto, isto é, se ele abrange a operação do sistema de tecnologia da informação ou somente o suporte à operação desse sistema; (iii) incorreções nas especificações técnicas do Terminal de Vendas POS.

60. Tais informações, cujo levantamento não é de responsabilidade das licitantes interessadas e que são impossíveis de serem levantadas no curto espaço de tempo entre a publicação do Edital e a data da sessão do Pregão Eletrônico, são essenciais para a formulação de propostas minimamente consistentes e que assegurem o atendimento aos interesses da Administração contratante.

61. Não existindo os dados concretos, em clara violação ao art. 3º, I a III da Lei n. 105.520/2002, ficando a cargo dos licitantes esse levantamento, certamente as propostas comerciais terão bases diferentes e não poderão ser comparadas para fins de apuração de qual será a mais vantajosa à Administração.

62. O próprio modelo de Proposta Comercial (Anexo I do Edital), inclusive, é inconsistente e prejudica a formulação de propostas objetivas e aderentes ao interesse da Administração Pública. Veja-se, por exemplo, que os custos incorridos com a equipe

de gestão de cartões (exigida nos termos do item 2.5.2 do Termo de Referência) não foram contemplados na planilha de “Despesas com Mão de Obra”, o que, por si só, prejudica a formulação das propostas pelas empresas interessadas:

Já a equipe de gestão de cartões que é responsável pela administração dos cartões utilizados pelos usuários. Essa equipe trabalha em conjunto para garantir a eficiência e segurança do sistema de bilhetagem eletrônica, além de proporcionar uma boa experiência aos usuários.

Os Membros da equipe de gestão de cartões são:

a) Gerente de Produto: É o responsável pela gestão do produto de cartões de transporte, desenvolvendo estratégias para aperfeiçoamento do produto, visando melhorar a experiência do usuário e aumentar a eficiência do sistema. Formação: Engenharia, Administração, Marketing, Publicidade e afins com experiência 5 anos em cargo de gerência

b) Analista de Vendas: É o responsável por elaborar estratégias de vendas, aumentando a aquisição de cartões de transporte pelos usuários e expandindo o uso do sistema de bilhetagem eletrônica. Formação: Marketing, Publicidade e afins com 2 anos de experiência na área

c) Analista de Marketing: É o responsável pela promoção do produto de cartões de transporte, criando campanhas publicitárias e materiais promocionais para atrair novos usuários. Formação: Marketing, Publicidade e afins com 2 anos de experiência na área

Essa equipe trabalha em conjunto para garantir a qualidade do serviço de bilhetagem eletrônica, proporcionando uma experiência satisfatória para os usuários do transporte público.

Item 2.5.2 do Termo de Referência

4.5.2	Equipe de Gestão de SBE	Gerente de Operações	1		1.7	
		Analista de Suporte Técnico	1		1.7	
		Analista de Dados	1		1.7	
		Técnico em Eletrônica	1		1.7	
		Operador de Atendimento ao Cliente	1		1.7	

Despesas com Mão de Obra – Anexo I – Proposta Comercial

63. Além de não prever na Proposta Comercial as despesas referentes a integrantes de equipes que são necessárias para a execução do serviço, o instrumento convocatório ainda deixa de fixar qual será o horário de trabalho das equipes, não definindo o horário de atendimento ao público, o funcionamento em feriados e fins de semana, impactando diretamente na orçamentação das empresas licitantes e, por consequência, na formulação de propostas.

64. De mais a mais, verifica-se no Edital e no Termo de Referência inconsistências que também prejudicam igualmente a formulação de propostas.

65. Apenas a título de exemplo, cita-se (i) as especificações referentes à destinação e às funcionalidades a serem suportadas pelos painéis de mensagens do Sistema de Informação ao Usuário – SIU, que se referem somente a painéis para informações de partidas de linhas em terminais e estações; e (ii) as especificações do Sistema de Monitoramento por Vídeo trazidas pelo Termo de Referência, as quais são aplicáveis a sistemas de videomonitoramento predial, não incluindo requisitos relativos a videomonitoramento embarcado e à necessária integração entre o sistema de CFTV e o sistema de gestão de frota.

66. Essas inadequações, por si só, podem trazer para o certame empresas que não tenham condições técnicas de prestar o serviço, trazendo graves prejuízos à Administração caso venham a ser habilitadas e contratadas, na medida em que a falta de capacidade técnica só será perceptível durante a fase de execução do contrato, o que certamente prejudicará a prestação do serviço como um todo e demandará uma nova contratação.

67. Tais constatações, portanto, demandam a revisão imediata do Edital e seus anexos.

IV.3. Da ausência de definição objetiva do regime de execução dos serviços e da demanda para previsão das medições e remuneração da contratada: impossibilidade de elaboração de propostas adequadas

68. O cenário de impossibilidade de formulação de propostas adequadas pelos licitantes ora descrito é agravado ainda pelo fato de que o Edital não especificou de forma objetiva os procedimentos de medição dos serviços, comprometendo a definição do objeto licitado, na medida em que não há previsão de demanda mensal de execução dos serviços.

69. A rigor, o Edital não define de maneira expressa o regime de execução contratual, nos termos exigidos pelo art. 55, II, da Lei Federal n. 8.666/1993. Neste particular, ao estabelecer as regras de medição e remuneração o instrumento convocatório é bastante impreciso, revelando ausência de planejamento adequado para definição do objeto licitado.

70. Com efeito, ao tratar das medições dos serviços, o instrumento convocatório pressupõe que haverá a medição mensal, a partir dos itens da proposta, conforme Anexo I e a fórmula de cálculo apresentada no Anexo II – Termo de Referência. É o que se depreende da cláusula quinta da minuta do Contrato e do item 22 do Termo de Referência:

“CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento deve ser precedido da medição dos trabalhos a ser realizada mensalmente e apresentada pela contratada conforme disposições documento na última semana do mês de referência e será processada e analisada pela Contratante, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua protocolização.

5.2. **A medição terá por base a efetiva execução dos serviços conforme as Ordens de Serviços emitidas** podendo ser pagas, por partes, ou após integralmente concluídos, sendo que **poderá ser emitida uma ou mais ordens de serviços para a quantidade demandada, e as despesas mensais decorrentes da execução dos serviços e utensílios básicos.**”

“22. FORMAS DE COBRANÇA E MEDIÇÃO

Os custos de operação deste projeto serão calculados com base na planilha do Anexo I e na fórmula que considera o somatório de dois componentes: (a) os custos constantes e (b) os custos variáveis, os quais são atrelados à quantidade de veículos a serem monitorados, de tal forma que:

$\text{Custos Totais} = (\text{Custos Constantes}) + (\text{Custos Variáveis} * \text{Veículos})$

Em que os Custos Constantes serão o somatório dos custos dos itens que constam na Quadro 22.1; enquanto os custos variáveis consistem no somatório dos itens presentes no Quadro 22.2.

71. Como se vê, o Edital prevê a emissão de ordem de serviço mensal, porém, sem especificar e nem ao menos estimar o quantitativo a ser demandado mensalmente. Trata-se de vício que viola as disposições legais já citadas acerca da necessária definição precisa do objeto licitado, porque não fica clara qual a demanda pelos serviços.

72. Em outras palavras, o Edital evidencia a ausência de planejamento da Administração Pública quanto aos serviços demandados, já que a definição da demanda será definida mês a mês, ao longo da execução contratual, sem qualquer estimativa ou baliza prévia.

73. Essa indefinição traz prejuízos significativos para o interesse público.

74. Em primeiro lugar, a incerteza gerada pelas regras em comento impossibilita a formulação de propostas adequadas, porque não há previsibilidade sobre a execução do serviço. Como não se sabe qual a demanda, cada licitante deverá definir um padrão ou estimativa própria, de modo que cada proposta será elaborada a partir de bases

completamente distintas, impossibilitando inclusive o julgamento objetivo, já que não haverá um pressuposto uniforme para comparação das propostas.

75. Sobre o tema, veja-se que inclusive para pregões no sistema de registro de preços, o Tribunal de Contas da União – TCU já se manifestou sobre a ilegalidade quanto à inexistência de estimativa de quantitativos referentes ao objeto contratado e, mais precisamente, quanto à ausência de critérios quantitativos para medição e pagamento dos serviços:

“Trata-se de fiscalização na área de licitações, contratos e convênios do Sebrae/MS, **em que foram apontados diversos achados de auditoria**. Os responsáveis foram chamados em audiência para apresentar razões de justificativa para as seguintes ocorrências:

Pregão Presencial 03/2011 e Contrato 34/2011

- restrição ao caráter competitivo e direcionamento;

- ausência de estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro de preços;

[...]

Pregão Presencial 11/2011 e Contrato 61/2011

- ausência de critérios quantitativos para contratação e pagamento de serviços de manutenção predial no Pregão Presencial 11/2011, com previsão de pagamento por hora trabalhada;

4. As irregularidades referentes ao Pregão Presencial 03/2011 e ao Contrato 34/2011 estão bem caracterizadas nos autos. [...]

10. Ainda em relação ao Pregão 03/2011, as explicações relativas à ausência de estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade da ata de registro de preços não merecem acolhida. Carece de plausibilidade o argumento de que, diante da natureza do objeto e da sazonalidade e imprevisibilidade dos serviços de manutenção, não era possível fazer previsão confiável. Não é crível que o Sebrae/MS não possuísse registros dos serviços de manutenção efetuados em exercícios anteriores. [...]

15. Também as ocorrências relacionadas ao Pregão Presencial 11/2011 e ao Contrato 61/2011 estão bem descritas pela unidade técnica. [...]

21. Portanto, as razões de justificativa dos responsáveis devem ser rejeitadas quanto às ocorrências relativas ao Pregão Presencial 11/2011 e ao Contrato 61/2011. (TCU – Acórdão n. 5.157/2015 – 1ª C; Rel. José Múcio Monteiro)



76. Em segundo lugar, tal indefinição impossibilita a previsão quanto ao fluxo de caixa de remuneração da futura contratada. Ou seja, o Edital na prática transfere risco significativo para a contratada, em prejuízo da Administração Pública, na medida em que se trata de fato na esfera de controle do Poder Público, mas cujo risco está sendo transferido ao particular. O efeito desse cenário é a apresentação de propostas que certamente serão menos competitivas e mais onerosas, já que os licitantes serão incentivados a exigir maior valor de receita para compensar o risco assumido, prejudicando a seleção da proposta mais vantajosa.

77. Essa indefinição resta, finalmente, agravada pelo fato de não ter sido disponibilizada a planilha orçamentária, já que, além de o Edital não disponibilizar qualquer referência de valor, também não há referência de demanda, conforme explicitado mais adiante.

78. Evidente, portanto, a ilegalidade do Edital quanto ao tem em questão.

IV.4. Dos vícios materiais e contradições

79. Para além de todos os vícios citados acima, ainda foram constatados diversos vícios de redação, contradições e erros materiais, que prejudicam ainda mais tanto a apresentação da proposta quanto a documentação referente à habilitação.

80. No Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, consta a seguinte declaração:

“Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete dos equipamentos até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento e execução do objeto do certame, que foi realizada vistoria e medição “*in loco*” de todo o material necessário para compor os itens supracitados, e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas comerciais.”

81. Contudo, não há no Edital e em seus anexos qualquer menção, previsão ou convocação para a realização de vistoria e/ou medição *in loco*. Assim, como as licitantes podem assinar essa declaração? Não faz nenhum sentido, já que o seu cumprimento não é previsto no Edital.

82. Além disso, o Instrumento Convocatório apresenta diversos outros problemas similares, a saber:

- (i) o item 8.2 do Edital exige procuração com reconhecimento de firma, enquanto o item 4 exige sem reconhecimento de firma. Assim, não se sabe se é necessário ou não;
- (ii) O item 9.1 do edital não especifica se o valor do lote é mensal ou por 48 meses;
- (iii) O item 9.2 diz que a proposta comercial está no Anexo II, mas está no Anexo I;
- (iv) O item 9.2.2 veda a inclusão a identificação da licitante no preenchimento da proposta, mas no modelo do anexo I consta todos os dados da empresa;
- (v) A partir do item 10.33, o edital retorna ao item 10.28;
- (vi) O anexo I – Proposta comercial, mostra colunas de preço unitário, investimento e custo mensal, mas se trata de um serviço de locação;
- (vii) Na tabela da proposta comercial não consta o profissional “Especialista em Investimento”, solicitado no item 2.5.3 do Termo de Referência;
- (viii) O Termo de Referência, no item 11.7 menciona quantitativos de reserva, mas não se sabe se na tabela da proposta comercial esse quantitativo já está incluído;
- (ix) O Termo de Referência, no item 2.1.6.2 prevê um adicional de 20% de reserva técnica ao quantitativo de POS, mas essa quantidade não consta na tabela de fornecimento da proposta comercial;
- (x) O requisito constante no item 2.1.1.11 não consta na precificação a proposta comercial;
- (xi) O item 2.2.2 do Termo de Referência especifica um equipamento para 8 câmeras, enquanto na proposta comercial só é solicitada uma câmera para cada ônibus.

83. Todas essas indefinições, associadas aos demais vícios apontados ao longo da presente impugnação, mostram que o Edital não foi formulado de forma adequada e está repleto de contradições, erros materiais e ilegalidades, razão pela qual a sua anulação é medida que se impõe.

V. EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO: EXCESSO DE DETALHAMENTO E REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELOS LICITANTES

84. O Termo de Referência anexo ao Edital ora impugnado elenca inúmeros requisitos que “necessariamente” devem ser atendidos pela empresa que vier a ser contratada.

85. Nesse sentido, o documento referencial exige que a empresa implante um Centro de Monitoramento e Controle – CMC com equipamentos/componentes específicos, dentre os quais “Software de Monitoramento por Video”, o qual deve atender a mais de

100 requisitos, dentre os quais alguns muito específicos, que não representam o padrão de mercado e que possivelmente tende a direcionar a contratação a uma empresa específica:

2.4.3. Software de Monitoramento por Vídeo

A quantidade de licenças do software de gestão de imagens deverá ser dimensionada pela CONTRATADA em consonância com a quantidade total de câmeras contratadas;

- 1 - Deve possuir arquitetura/design orientada a objeto;*
 - 2 - Deve possuir capacidade de integrar um número ilimitado de servidores em uma única rede unificada, de modo a permitir escalabilidade, cada servidor deve ter a capacidade de se comunicar com outros servidores e os vídeos e eventos de qualquer servidor devem ser visíveis a outros servidores;*
 - 3 - Deve suportar um dos bancos de dados Oracle, MS-SQL Server, PostgreSQL;*
 - 4 - Deve permitir o gerenciamento de um número ilimitado de sites e câmeras sendo exibido ao usuário em uma interface unificada;*
 - 5 - Deve permitir conexão a um número ilimitado de servidores (físicos ou virtualizados), estações de trabalho, câmeras e contas de usuários de modo a permitir suas configurações através de uma única interface gráfica de usuário (GUI);*
 - 6 - Deve possuir capacidade de visualização e gravação diretamente das câmeras analógicas e IP;*
- Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos*
- 7 - Deve possuir capacidade de suportar streams simultâneos de uma mesma câmera IP (caso a câmera suporte múltiplos-streams), cada stream poderá ser atribuído a gravação, reprodução e transmissão de rede;*
 - 8 - Deve permitir a distribuição da arquitetura do sistema de configuração do banco de dados;*
 - 9 - Cada servidor de vídeo e administrador da estação de trabalho pode armazenar uma cópia local do sistema de configuração do banco de dados para adicionar um nível de redundância interna;*
 - 10 - Deve suportar uma solução de "failover" para os servidores de vídeo;*
 - 11 - O sistema deve ter a capacidade de ser configurado de tal modo que, se um dos servidores de vídeo falhar, o servidor "failover" assumirá automaticamente a gravação das câmeras do servidor que falhou;*
 - 12 - Não deve exigir uma configuração de servidor dedicado;*
 - 13 - O sistema deve permitir fazer alterações na configuração a partir de qualquer servidor de vídeo ou administrador de estação de monitoramento e operação;*
 - 14 - Deve fornecer um assistente de configuração que auxilie durante o processo de instalação inicial;*
 - 15 - Deve possuir ferramenta gerenciadora de dispositivos IP com a função "Busca de IP" que permita procurar a rede para os dispositivos IP conectados e que possa facilmente adicioná-los à configuração do sistema;*
 - 16 - Deve possuir recurso "Copiar" para ser capaz de copiar rapidamente, por exemplo, uma sequência de até 90 câmeras com atribuição de endereço IP automático (para configurar rapidamente sistemas de grande porte);*
 - 17 - Deve possuir capacidade de configurar individualmente cada objeto no sistema (placa de captura de vídeo, câmeras, sensores, relés, desktops, monitores etc.);*
 - 18 - Deve possuir capacidade de endereçar cada objeto com nomes personalizados (até 256 caracteres) que podem ser alterados a qualquer momento;*
 - 19 - Deve permitir uma opção para fazer backup das configurações de todo sistema para um único arquivo (XML, texto plano ou em banco de dados SQL);*
 - 20 - Os servidores devem possuir a capacidade de trabalhar em conjunto com outros servidores em locais diferentes, de maneira que vários sites sejam exibidos ao usuário como um único sistema;*
 - 21 - Ter deve permitir alternar entre os sites sem a necessidade de alterar o endereço do IP ou de repetir o processo de login, ao mesmo tempo em que preserva as configurações;*



- 22 - Deve fornecer uma ferramenta para extrair registros do banco de dados e outras informações necessárias para o suporte sem a necessidade de desligamento da aplicação; Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos
- 23 - O software de gestão do monitoramento de vídeo deverá disponibilizar à CONTRATANTE consultas, emissão e visualização de relatórios pela internet, por intermédio de navegador web, em tempo real, com informações referentes aos estados das câmeras e de seus equipamentos de suporte, falhas na rede, medição da latência, simetria, disponibilidade no período, alarmes e eventos, todos referentes aos circuitos dedicados para as câmeras da CONTRATADA, com atraso máximo de 10 minutos para a atualização;
- 24 - Os dados do sistema deverão ficar disponíveis para acesso da CONTRATANTE em tempo real durante toda a vigência do contrato;
- 25 - Deve haver suporte para todos os principais formatos de compressão de vídeo (H.264, MJPEG, MPEG2, MPEG4 e MxPEG) e para padrões compressões superiores (H.265, H.264B, Zipstream, H.264+, H.264H ou similares), com alta relação de compressão;
- 26 - Deve suportar câmeras IP que são compatíveis com Open Network Video Interface Fórum (ONVIF);
- 27 - Deve suportar o padrão genérico RTSP capaz de obter streams de vídeo a partir de qualquer dispositivo IP que suporta o protocolo RTSP;
- 28 - Deve suportar o padrão genérico HTTP capaz de obter streams de vídeo a partir de qualquer dispositivo IP que suporta o protocolo HTTP;
- 29 - Deve possuir módulo de servidor RTSP capaz de enviar streams de vídeo ao vivo e gravados através do protocolo RTSP para outro "client" solicitante;
- 30 - Deve suportar transmitir H.264 ou MPEG-4 vídeo através RTP/RTSP a partir de qualquer câmera no sistema sem compressão (câmera deve fornecer o stream nos formatos H.264 ou MPEG-4);
- 31 - Deve suportar streams de vídeo diretamente de câmeras IP e câmeras analógicas conectadas a um encoder IP;
- 32 - Deve possuir capacidade de ser configurado para gravar continuamente, detecção de movimento ou alarme e manual ou somente manual;
- 33 - Deve suportar todas as resoluções de vídeo, taxas de "frames" e taxa de bits que os fabricantes de câmeras IP suportam;
- 34 - Deve permitir que a configuração de cada câmera de resolução, bem como de sua taxa de frames e de sua taxa de bits, seja definida de forma independente de outras câmeras no sistema, ao mesmo tempo em que alterações destas configurações não devem afetar as definições de gravação e exibição de outras câmeras;
- 35 - Deve possuir capacidade de proteger a gravação de cada câmera através de senha;
- 36 - Deve possuir capacidade de gravar utilizando um stream da câmera diferente do que está sendo usado para a visualização (se a câmera utilizada suportar múltiplos streams);
- 37 - Deve possuir um botão na interface de vídeo que permita iniciar/parar rapidamente a gravação de uma única câmera; Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos
- 38 - Deve possuir modo de gravação FIFO (First-In-First-Out), com reescrita automática dos vídeos mais antigos, de acordo com o limite de armazenamento disponível;
- 39 - Deve possuir opção de configuração do tempo mínimo de armazenamento de vídeo por câmera;
- 40 - Deve possuir opção de configuração do tempo máximo de armazenamento de vídeo por câmera;
- 41 - Deve possuir capacidade de configuração de pré-alarme e pós-alarme;
- 42 - Deve possuir capacidade de manter espaço livre no disco rígido;
- 43 - Deve possuir capacidade de gravar em uma taxa de frame quando não há movimento, e em seguida, gravar em outra taxa de frames quando há movimento;
- 44 - Deve possuir capacidade de exibir um arquivo de vídeo gravado com uma câmera virtual;
- 45 - Deve possuir capacidade de gravar um vídeo em um frame menor do que o recebido a partir da câmera (redução da taxa de frames);
- 46 - Deve permitir o uso de dispositivos de armazenamento não proprietários, assim não limitando possíveis upgrades futuros;

- 47 - Deve possuir capacidade de visualizar imagens da câmera no servidor de vídeo, remotamente através da estação de monitoramento, web-browser, smartphones e tablets;
- 48 - Deve implementar uma matriz virtual de vídeo de acordo com as mínimas características técnicas:
- a) Deve suportar a exibição de até 225 câmeras por operador;
 - b) Deve suportar vários layouts de câmera personalizados;
 - c) Deve suportar várias visualizações de câmera personalizadas (grade de câmeras com atribuição de câmera);
 - d) Deve fornecer uma opção de arrastar e soltar câmeras dentro da mesma matriz com a finalidade de criar visualizações personalizadas, respeitando o conceito drag-anddrop;
 - e) Deve possuir capacidade para mudar automaticamente o stream de visualização da câmera quando o tamanho das células da câmera mudar (ex: a disposição mudar de 1x1, 2x2, 3x3, etc...). Células com um tamanho maior podem usar streams de alta resolução, células menores podem usar stream de baixa resolução (reduzindo assim a carga de processamento e de tráfego na rede);
 - f) Deve fornecer uma única opção de clicar para maximizar uma única câmera para o tamanho total de um monitor e trazê-lo de volta à sua exibição original;
 - g) Deve possuir capacidade para alterar o stream de exibição para um stream de melhor qualidade quando o zoom digital é usado na exibição ao vivo;
 - h) Deve possuir capacidade de fornecer a verificação visual de todo o movimento dentro da (s) zona (s) da câmera;
 - i) Deve possuir capacidade de criar marcadores com meta-texto original a partir de uma visualização de câmera ao vivo; Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos
 - j) Deve possuir botão na visualização da câmera para ligar/desligar facilmente a detecção de movimento para uma única câmera;
 - k) Deve suportar entre o modo LIVE (imagens em tempo real) e ARCHIVE (imagens armazenadas) partindo da mesma interface gráfica do usuário;
 - l) Deve suportar PTZ digital em tempo real;
 - m) Deve suportar o controle mecânico da PTZ;
 - n) Deve suportar o controle PTZ para imagens dewarped;
 - o) Deve suportar trabalhar com o módulo Mapa;
 - p) Deve suportar um módulo de alarme, onde apenas câmeras que apresentarem movimento serão exibidas; q) Deve suportar módulo de visualização único onde todos os botões da matriz de vídeo GUI serão ocultas e somente a de vídeo ao vivo das câmeras será exibida;
 - r) Deve suportar a reprodução de áudio a partir da mesma interface sem ter que mudar de telas/visualizações.
 - s) Deve suportar vários monitores físicos conectados à mesma estação de trabalho;
 - t) Deve possuir capacidade para desabilitar qualquer botão em uma visualização de câmera através do sistema de direitos do usuário;
 - u) Deve permitir a adição de legendas e/ou imagens para o vídeo ao vivo que opcionalmente podem ser armazenados como uma marca d'água no arquivo;
 - v) A reprodução deve ser feita dentro da própria interface, sem a necessidade de iniciar um outro aplicativo; w) Deve possuir processo (um único clique de botão) para alternar entre o modo ao vivo ou de arquivamento;
 - x) Deve possuir linha do tempo para facilitar a busca de vídeo gravado de acordo com as mínimas características técnicas: x.1. Deve suportar a reprodução de até 32 câmeras simultâneas sem qualquer degradação de desempenho; x.2. Deve possuir botões de Zoom In / Zoom Out para facilitar a administração do tempo; x.4. Deve ser facilmente arrastada com o mouse em qualquer direção; x.5. Deve diferenciar visualmente entre a gravação baseada em movimento e a baseada em não movimento.
- 49 - Deve fornecer um calendário para procurar facilmente as gravações de vídeo;
- 50 - Deve possuir opção para acelerar e desacelerar velocidades de reprodução até 32x;
- 51 - Deve possuir capacidade de marca-texto de vídeos arquivados com exclusivo metatexto;

- 52 - Deve possuir capacidade de múltiplos métodos de pesquisa de movimento, evento ou período de tempo;
- 53 - Deve suportar PTZ digital em vídeo arquivado;
- 54 - Deve possuir opção para pesquisar por nome da câmera para encontrar facilmente vídeo desta câmera (sem ter que procurar manualmente por meio de uma lista de todas as câmeras);
- 55 - Deve fornecer um "Leitor de Arquivo" opcional para reprodução de vídeo nativo, no caso o software cliente VMS não esteja instalado no PC cliente;
- 56 - Deve exportar sequências de vídeos em AVI, ASF e Formato Nativo; Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos
- 57 - Deve fornecer codecs de compressão de vídeo de MJPEG, MPEG4, e H264 quando exportar sequências de vídeo;
- 58 - Deve fornecer pelo menos três níveis de qualidade de compressão;
- 59 - Deve fornecer uma opção para exportar o vídeo em um único arquivo ou quebrar-se em vários arquivos;
- 60 - Deve possuir capacidade para exportar vídeo com uma taxa de quadros mais baixa do que o que foi gravado no arquivo (redução de taxa de quadros);
- 61 - Deve possuir capacidade para fazer gravações em CD ou DVD para armazenamento permanente e facilidade de transferência;
- 62 - Deve fornecer opção para exportar vídeo de várias câmeras ao mesmo tempo;
- 63 - Deve fornecer opção de senha para proteger o vídeo exportado;
- 64 - Deve fornecer opção para adicionar uma sobreposição de marca d'água para o vídeo exportado;
- 65 - Deve fornecer opção para imprimir um único quadro (instantâneo) de visualização AO VIVO ou ARQUIVO;
- 66 - Deve fornecer opção para exportar vídeo e áudio sincronizado para o mesmo arquivo;
- 67 - Deve suportar gravação de áudio das placas de áudio instaladas no servidor de vídeo;
- 68 - Deve suportar a gravação de áudio de dispositivos Ips;
- 69 - Deve suportar ouvir áudio de cada microfone individualmente;
- 70 - Deve suportar gravação de áudio e vídeo sincronizado;
- 71 - Deve suportar exportação de áudio e vídeo sincronizado em um único arquivo;
- 72 - Deve suportar alarmes de áudio e gravação;
- 73 - Deve suportar entradas e saídas de dispositivos IP;
- 74 - Deve suportar placas não proprietárias de entrada e saída baseadas em IP;
- 75 - Deve suportar as funções PTZ de câmeras IP de acordo com as mínimas características técnicas:
- a) Pan e Tilt;
 - b) Zoom in e zoom out;
 - c) Foco;
 - d) Rotação;
 - e) Controle de Iris; Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos
 - f) Velocidade de pan / tilt / zoom;
 - g) Play preset;
 - h) Play tour;
 - i) Movimento baseado em coordenadas X,Y,Z.
- 76 - As funções PTZ podem ser utilizadas para controlar os dispositivos PTZ mecânicos bem como imagens dewarped a partir da câmera;
- 77 - Deve possuir capacidade para controlar dispositivos PTZ utilizando:
- a) Mouse;
 - b) Painei PTZ a partir do software GUI;
 - c) Joystick e Teclado integrados;
 - d) Formulário HTML customizado.
- 78 - Deve possuir capacidade de enviar notificação para o sistema especificado do cliente;
- 79 - Deve possuir capacidade de notificação por e-mail, SMS e chamada telefônica;
- 80 - Deve possuir capacidade de notificação audível de alarme;
- 81 - Deve possuir capacidade de programação macro;

- 82 - Deve possuir fornecer opção para criar fusos horários com o objetivo de um sistema de agendamentos eventos e reações;
- 83 - Deve possuir capacidade de comunicar-se com aplicativos externos de dentro de sua interface;
- 84 - Deve possuir capacidade de notificar, através de email pré-configurado, o administrador se a câmera falhar, ocorrer cegueira, ou se ocorrer um problema de conectividade com o servidor;
- 86 - Deve possuir capacidade de registro de evento com uma opção de filtragem;
- 87 - Deve possuir módulo visualizador de eventos que exibirá eventos do sistema em tempo real em uma interface gráfica do operador;
- 88 - Deve possuir capacidade de armazenar informações de log em arquivos de log em uma pasta designada;
- 89 - Deve possuir opção para controlar o tamanho dos arquivos log;
- 90 - Deve possuir função de monitoramento de Status que gerará alertas em tempo real se surgir algum problema no sistema;
- 91 - Deve possuir capacidade de enviar notificações via protocolo de gerenciamento de redes (SNMP) gerados por câmeras do sistema e transmitir o status das câmeras para os computadores específicos.
- 92 - Deve transmitir automaticamente um evento utilizando o SNMP quando a câmera: Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos
- a) Alterar seu estado (conectada e desconectada);
 - b) Alterar seu foco (focada e desfocada);
 - c) Com imagem restaurada.
- 93 - Deve possuir funcionalidade de mapa multicamada incorporado de acordo com as mínimas características técnicas:
- a) Deve suportar várias camadas/níveis;
 - b) Formatos padrão de arquivos gráficos pode ser usado para mapas;
 - c) Deve possuir capacidade de exibir e permitir o controle de todas as câmeras do sistema;
 - d) Deve possuir capacidade de exibir e permitir o controle de áudio, I/O e dispositivos de controle de acesso;
 - e) Deve fornecer links de uma camada/nível de um mapa para outro;
 - f) Deve fornecer o recurso de zoom in / zoom out;
 - g) Deve trabalhar diretamente com a matriz virtual para exibir vídeo de ícones da câmera no mapa;
 - h) Deve suportar o recurso "BUSCAR" para procurar facilmente dispositivos específicos no mapa;
 - i) Deve suportar o recurso "FILTRO" para filtrar certos tipos de dispositivos exibidos.
- 94 - Deve possuir funcionalidade de arquivamento a longo prazo que será utilizado especificamente para backups programados para vídeo recodificado localmente de acordo com as mínimas características técnicas:
- a) Os backups podem ser agendados a qualquer hora ou dia da semana;
 - b) Deve possuir nível de redundância de arquivo de vídeo;
 - c) Deve saber quando o espaço para armazenamento utilizado para esses backups estiver esgotado e utilizará um algoritmo FIFO para apagar o vídeo mais antigo;
 - d) Deve possuir capacidade para rodar em vários servidores ao mesmo tempo;
 - e) Deve ser configurável para permitir configurações específicas para as câmeras.
- 95 - Deve possuir número ilimitado de usuários e grupos com permissões correspondentes;
- 96 - Deve suportar múltiplos níveis de direitos de usuários em cada objeto (servidor, usuário, câmera, entrada/saída, clientes etc.) dentro da estrutura completa de segurança;
- 97 - A interface do usuário deve possuir a opção de não poder ser minimizada;
- 98 - Deve suportar integração com Windows Active Directory e LDAP em substituição e acréscimo ao seu próprio gerenciamento de direitos de usuário;
- 99 - Deve possuir aplicativo cliente para ser instalado em estação de monitoramento de acordo com as mínimas características técnicas:
- a) Deve possuir a capacidade de visualizar as câmeras de todos os servidores no sistema a partir de uma única estação de trabalho, única sessão e único login (a visualização de câmeras

simultâneas depende de recursos da estação de trabalho); Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos

b) Deve possuir capacidade de reproduzir vídeo gravado localizado em locais remotos, a partir dos servidores de Monitoramento Central;

c) Deve possuir capacidade de gravar as câmeras localmente nos servidores de monitoramento central;

d) Deve possuir capacidade de receber eventos de alarme a partir de locais remotos;

e) Deve possuir capacidade de fazer o download da configuração automaticamente do site remoto;

f) Deve possuir capacidade de gerenciamento remoto de todo conjunto de recursos do servidor e das ferramentas de administração;

g) Deve possuir a opção de desabilitar, habilitar ou modificar configurações de usuários sem que o operador esteja presente fisicamente no site;

h) Deve possuir a opção de desabilitar, habilitar ou modificar configurações de câmeras sem que o operador esteja presente fisicamente no site;

i) Deve suportar armazenamento externo em tempo real.

j) Deve suportar backup de arquivos através de intervalos programados;

k) Deve suportar múltiplos clientes e administradores conforme necessários;

l) Deve possuir capacidade de utilizar eficientemente a banda de rede via TCP/IP;

m) Deve suportar o controle remoto do servidor de alarme e também o gerenciamento de dispositivos I/O;

100 Deve suportar pelo menos um dos seguintes sistemas operacionais:

a) Microsoft Windows Server 64 bits ou superior do mesmo fabricante. Caso o servidor seja ofertado com este sistema operacional a compatibilidade entre eles deve ser comprovada através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>;

b) RedHat Enterprise Linux Server para 64 bits ou superior do mesmo fabricante. Caso o servidor seja ofertado com este sistema operacional a compatibilidade entre eles deve ser comprovada através do HCL (Hardware Compatibility List) da RedHat no link: <https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi>;

101 - O sistema operacional ofertado deve ser compatível com sistema de videomonitoramento;

102 - Deve possuir capacidade de integração com produtos de terceiros que se comunicam através de comunicação I/O padrão;

103 - Deve ser capaz de restabelecer seu funcionamento normal após uma interrupção de energia elétrica, sem a necessidade de intervenção do operador;

104 - Deve permitir atualização de versão sem que o usuário necessite desinstalar a versão anterior;

105 - Deve suportar a configuração de storage para armazenamento de áudio e vídeo em redes NAS (Network AttachedStorage) e SAN (StorageArea Network);

106 - Deve possuir Kit API de integração e desenvolvimento de acordo com as mínimas características técnicas:

a) Deve fornecer APIs para aplicações de terceiros que possam enviar mensagens para o sistema e possam receber mensagens a partir do sistema; Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Secretaria de Governo Subsecretaria de Serviços Concedidos

b) Deve possuir API/SDK de vídeo para controlar os sistemas câmeras/vídeos a partir de um aplicativo de terceiros;

c) Deve possuir módulo de servidor RTSP para streaming de vídeo ao vivo e vídeo gravado do sistema para um sistema externo. O servidor RTSP deve suportar multistreaming das câmeras;

d) Deve suportar componente ActiveX e SDK correspondente para oferecer funções avançadas no sistema para a matriz de vídeo para sistemas de terceiros;

e) Deve possuir REST API fornecendo uma interface de programação RESTful para o sistema. Algumas funcionalidades suportadas pelo API será: obter a lista de câmeras do sistema, RTSP URL de uma câmera, iniciar ou cancelar tarefa de exportação;

- f) Deve providenciar um Ponto de Integração Universal, API, com a finalidade de proporcionar acesso a aplicativos externos dos sistemas de mapas e visualização de eventos e permitir configurar as reações do sistema com base em eventos externos do sistema permitindo que o sistema envie comandos para uma aplicação externa;*
- g) Deve permitir o acesso as reações correspondentes aos objetos do sistema;*
- h) Deve suportar a integração através de uma porta de evento HTTP; i) A porta HTTP deve receber informações de um sistema externo;*
- j) Um sistema externo pode enviar solicitações HTTP GET de uma porta específica e transmitir qualquer parâmetro solicitado;*
- k) Qualquer linguagem de programação pode ser usada para trabalhar com o sistema de API/SDKs.*
- l) Deve suportar no mínimo os idiomas inglês e português.*

86. Sem que o Termo de Referência explicita a razão de tantas exigências, não é razoável que elas sejam admitidas. A restrição à competitividade, neste caso, é flagrante, na medida em que inexistem estudos que justifiquem a exigência de tantos requisitos para um único software, especialmente quando existem outros que podem atender a contento aos interesses da Administração.

87. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabeleceu expressamente, no art. 37, XXI, que as exigências nos procedimentos licitatórios devem ser as mínimas “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” a serem assumidas pelo particular, inexistindo, portanto, a possibilidade de a Administração Pública exceder-se quanto ao detalhamento das exigências, afastando-se do que preconiza a legislação federal.

88. Em outras palavras, por determinação constitucional, o Administrador está limitado pela lei às condições que impõe aos licitantes, para que seja assegurada a maior amplitude possível de participação.

89. Nesse sentido, o art. 3º, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993 prevê que são vedadas quaisquer condições nos editais que “comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo”. Regra da mesma natureza foi prevista na Lei Federal n. 10.520/2002, que dispõe no art. 3º, II que “a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição”.

90. Nas palavras de Adilson de Abreu Dallari:

“Fica perfeitamente claro que a participação de licitantes deve ser a mais ampla possível. A Constituição não fixa requisitos ou critérios (...); ela

apenas indica que não pode haver requisitos que não sejam pertinentes, necessários e indispensáveis à garantia do cumprimento do futuro contrato.

Na mesma linha de conduta, a Lei n. 8.666/93, ao dispor sobre os princípios da licitação em seu art. 3º, § 1º, veda a inclusão, no Edital, de condições que possam restringir ou frustrar o caráter competitivo do procedimento (...). Na jurisprudência, já é clássico o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no AgP 11.363 (publicado na RDP, 14:240), neste sentido:

‘Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. **Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados.** Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório [...]’^[1]

91. No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "(...) O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência (...)”^[2].

92. E ainda o TCU que entende ser inadmissível o excesso de descrição nas exigências de qualificação técnica:

“12. Impende frisar que a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame.

13. Por outras palavras, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição

^[1] Aspectos Jurídicos da Licitação, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997, pp. 113 e ss.

^[2] (Resp 5.601/DF, rel. min. Demócrito Reinaldo; tb. MS 7814/DF, 1ª. seção, rel. min. Francisco Falcão, DJU 21.10.2002, p. 267; MS 5693/df, relator min. Milton Luiz pereira, DJU 22.05.2000, p. 62.; MS 7211/DF, 1ª. seção, relator min. Francisco Falcão, DJU 16.09.2002, p. 132).

Federal determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis. Dessarte, se a Administração, em seu poder discricionário, tiver avaliado indevidamente a qualificação técnica dos interessados em contratar, reputando como indispensável um quesito tecnicamente prescindível, seu ato não pode prosperar, sob pena de ofender a Carta Maior e a Lei de Licitações e Contratos.” (TCU – Acórdão n. 877/2006-P; Rel. Min. Marcos Bemquerer)

VI. ILEGALIDADE DO CRITÉRIO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA COM BASE EM VALOR DO PREÇO DE REFERÊNCIA NÃO DIVULGADO NO EDITAL

93. O Edital prevê a necessidade de observância da Planilha Orçamentária de referência que estaria contemplada no Anexo II do Edital.

94. Mais precisamente, o Edital prevê que os “preços unitários máximos aceitáveis” constantes da referida Planilha constituem critérios de aceitabilidade de preços das propostas, de modo que a apresentação de propostas com valores superiores aos referidos valores implicará a desclassificação do licitantes:

“9.17. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários Máximos Aceitáveis, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) máximos (s) na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste edital.”

“10.31. Não serão aceitas as propostas acima dos valores unitários estimados e totais estimados fixados na Planilha Orçamentária (Anexo II) deste Edital;”

95. Tais dispositivos partem da premissa de que o Anexo II do Edital – Planilha Orçamentária contém fixados os valores estimados do orçamento de referência.

96. **Entretanto, o referido Anexo II, com a Planilha Orçamentária, não consta do Edital, de modo que o Edital não prevê “valores unitários estimados e totais estimados” tal como citado nos dispositivos acima e que serão utilizados como critério de aceitabilidade de preços das propostas.**

97. Para além do vício formal, caracterizado pelo fato de que o Edital prevê a existência de um documento anexo que, em realidade não se encontra juntado ao

instrumento convocatório, o fato de que o inexistente Anexo II será utilizado como critério de aceitabilidade de preços, podendo implicar a desclassificação das propostas, importa em vício insanável, na medida em que inviabiliza o julgamento objetivo das propostas.

98. O Tribunal de Contas da União – TCU aprofundou a análise do tema, tendo já concluído que **o licitante não pode ser desclassificado por ter um preço superior ao preço de referência, quando este mesmo preço não lhe foi divulgado no próprio Edital.** Neste ponto, cabe fazer referência ao Acórdão n. 10.051/2015-2ªC proferido pelo TCU:

“10. Bem se vê que a irresignação da ora representante mostra-se procedente, já que, quando erigido a critério de aceitabilidade, o preço de referência deve ter divulgação prévia e obrigatória, na forma da lei e como corolário, mesmo, do princípio do julgamento objetivo (v. g.: Acórdão 392/2011-Plenário), de sorte que haveria de constar, do edital do Pregão Eletrônico nº 39/2014, o preço referencial adotado pelo Colog, vez que se tratava, no presente caso, de critério de aceitabilidade de preços.” (TCU – Acórdão n. 10.051/2015-2ªC; Rel. Min. André de Carvalho)

99. O Voto do Ministro Relator é inclusive bastante didático sobre o tema. Com efeito, a não divulgação do preço de referência no próprio edital é, nas palavras do Ministro Relator do TCU, *“uma condição geral”*, que pode ser utilizada. Todavia, essa condição não pode ser adotada quando houver critério de aceitabilidade das propostas baseado no valor do preço de referência não divulgado:

“11. Demais disso, não merece prosperar a alegação do Colog no sentido de que a publicidade do preço de referência pelo sítio do Comprasnet, por meio do resumo da Intenção do Registro de Preços (IRP), supriria a falta de divulgação no edital, vez que a divulgação do preço referencial no instrumento convocatório garante ao licitante o pleno direito à impugnação do edital, notadamente quanto às regras de aceitabilidade da proposta.

12. Vê-se, pois, que, equivocadamente, o pregoeiro do Comando Logístico do Exército, **ao interpretar o Acórdão 392/2011-Plenário, se ateve à condição geral contemplada no aresto do TCU, que faculta a divulgação do valor orçado e dos preços referenciais no edital do pregão, esquecendo que essa faculdade subsistiria apenas no caso de o preço referencial não funcionar como critério de aceitabilidade de preços.**

13. Desse modo, é de se reconhecer que, nesse ponto, o procedimento conduzido pelo Comando Logístico do Exército **padeceu de vício insanável, mostrando-se pertinente o envio de determinação para que se abstenha de incorrer novamente em falhas dessa mesma natureza, esclarecendo-o sobre a necessidade de divulgação do preço de referência no edital de pregão, quando ele for adotado como critério de aceitabilidade de preços, em consonância com a jurisprudência do TCU** (v. g.: Acórdão 392/2011-Plenário).” (TCU – Acórdão n. 10.051/2015-2ªC; Rel. Min. André de Carvalho)

100. E nem se questione que a possibilidade de negociação dos valores da proposta pelo Pregoeiro, sem a prévia divulgação do preço de referência no próprio Edital, poderia sanar o vício ora apontado.

101. De início, observa-se que o Edital em comento sequer previu expressamente uma fase de negociação ou a possibilidade de a Pregoeira assim proceder. Além disso, como continua o Ministro Relator, a fase de negociação deve pressupor *“a clara e prévia definição do preço usado como critério de aceitabilidade”*:

“14. Por essa linha, observa-se **que houve, sim, prejuízo à licitante até então vencedora do certame e, também, ao interesse público, já que a fase de negociação das propostas foi conduzida sem a clara e prévia definição do preço usado como critério de aceitabilidade, a despeito de o pregoeiro até ter dado oportunidade às licitantes** (cuja proposta ficou acima do preço de referência) para que, respeitada a ordem classificatória, reduzissem os seus lances até um patamar inferior ao valor referencial, o qual, todavia, não estava clara e previamente declarado no certame.

15. Anote-se, aliás, que a ata do Pregão Eletrônico 39/2014 (Peça 15) evidencia essa circunstância, como se pode observar nos diálogos travados com os licitantes (Peça 15, fls. 27-32), dando conta de que as sucessivas tentativas de negociações com as quatro empresas que apresentaram propostas com menor preço não se concretizaram, tendo se sagrado vencedora, então, a 5ª colocada (Palmilhado Boots Indústria e Comércio Ltda.), ofertando o preço de R\$ 90,50 para o item 3 da licitação (coturno de combate preto), em valor pouco inferior ao preço de R\$ 90,59 estabelecido pelo oculo preço de referência.

16. Vê-se, pois, que a ausência de divulgação do preço de referência no edital repercutiu, sim, no resultado do certame, vez que, no mínimo, submeteu o pregão ao risco de favorecimento a uma licitante que, eventualmente, tivesse o acesso fortuito prévio ao critério de aceitabilidade de preço que não havia sido ostensivamente divulgado.”
(TCU – Acórdão n. 10.051/2015-2ªC; Rel. Min. André de Carvalho)

102. E, de fato, esta é a jurisprudência que vem prevalecendo inclusive no Plenário do TCU, como se observa do Acórdão n.1.502/2018-P, que não só cita o referido Acórdão n. 10.051/2015-2ªC, como ainda faz menção ao Acórdão n. 2.166/2014-P e ao mais recente Acórdão n. 745/2018-P:

“Ademais, entendeu presentes os requisitos do periculum in mora e do fumus boni iuris, de que trata o art. 276 do Regimento Interno desta Corte, necessários para a concessão da medida acautelatória pleiteada, em função de o pregão se encontrar na fase de aceitação/habilitação, com iminência de entrega da proposta formal e documentos de habilitação da empresa classificada em sétimo lugar, e do entendimento de que há indício de irregularidade no certame, referente à não divulgação, por meio de edital, do valor estimado da contratação e da planilha com valores orçados, eis que foram utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em afronta à jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 10.051/2015-TCU-2ª Câmara (rel. Ministro André Luís de Carvalho) e 392/2011-TCU-Plenário (rel. Ministro José Jorge) .

[...]

No que se refere à não divulgação do orçamento de referência, os argumentos trazidos pela Chesf não se mostram aptos a afastar a irregularidade apontada. A jurisprudência desta Corte é firme quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, conforme os precedentes já elencados, bem como o Acórdão 2.166/2014-TCU-Plenário (rel. Ministro Augusto Sherman) e o Acórdão 745/2018-TCU-Plenário (rel. Ministro Benjamin Zymler).” (TCU – Acórdão n. 1.502/2018-P; Rel. Min. Aroldo Cedraz)

103. Evidentes, assim, os riscos a que se submetem os potenciais licitantes e a própria Administração Pública, que acaba tendo chances menores de obter propostas mais vantajosas.

104. De duas uma: (i) caso a Administração Pública opte por não divulgar a planilha de referência do Edital, é fundamental que as regras dos itens do Edital transcritos no início deste tópico, referentes aos critérios de aceitabilidade dos preços, seja excluída do instrumento convocatório, de modo que, conseqüentemente, caso alguma licitante apresente valores superiores aos do orçamento de referência (caso este não seja divulgado no Edital), tal licitante não poderá ser desclassificada, nos termos da jurisprudência do TCU citada neste tópico; ou (ii) caso a Administração Pública opte por manter as regras que concretizam os critérios de aceitabilidade, conclui-se pela necessidade de retificação do vício insanável ora constatado no Edital, prevendo a divulgação do preço de referência utilizado como critério de aceitabilidade das propostas.

105. Em qualquer caso, havendo alteração do instrumento convocatório este deverá ser republicado, nos termos do art. 21, §4º, da Lei Federal n. 8.666/1993.

VII. INCOMPATIBILIDADE DA MODALIDADE LICITATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO COM A COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. VIOLAÇÃO AOS ART. 1º DA LEI N. 10.520/2002

106. O Edital tem por objeto a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, tendo o Município optado por realizar a licitação por meio de pregão eletrônico.

107. No entanto, ao se analisar o Edital e as especificações técnicas definidas para os bens e serviços ora licitados, verifica-se que a modalidade do pregão não é adequada para o presente caso.

108. Como se sabe, a Lei n. 10.520/2002 instituiu a modalidade do pregão, objetivando garantir à Administração Pública maior celeridade e eficiência em contratações públicas, por meio de um procedimento licitatório mais ágil e simplificado.

109. Nesse sentido, a própria Lei n. 10.520/2002 estabeleceu que a utilização do pregão deve se restringir à aquisição de bens e serviços comuns, não sendo modalidade adequada para bens e serviços complexos. O art. 1º, parágrafo único da Lei n. 10.520/2002 define quais bens e serviços são considerados comuns:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

110. A relação entre a simplificação do procedimento licitatório do pregão e a necessidade de limitar sua aplicação aos bens e serviços comuns é muito bem destacada por **Marçal Justen Filho**:

“O pregão aplica-se como alternativa às modalidades licitatórias contempladas na Lei n. 8.666. Trata-se de modalidade licitatória que se caracteriza pela redução da segurança em prol da Administração Pública. O conceito de bem ou serviço comum pressupõe a existência de um objeto destituído de peculiaridades que demandem indagação sobre a habilitação do fornecedor. A sumariade do procedimento licitatório dificulta o controle (seja por parte da Administração, seja de órgãos ou pessoas externas à Administração).

Logo, a utilização do pregão deve ser reservada para as hipóteses em que não há controvérsia lógica sobre a configuração de um bem ou serviço comum. Se dúvidas persistirem, tal desaconselhará a dação da solução do pregão.”⁷

111. Como se vê, a utilização da modalidade do pregão deve ser restrita às hipóteses em que se esteja licitando *“um objeto destituído de peculiaridades que demandem indagação sobre a habilitação do fornecedor”*, já que o seu procedimento não assegura as mesmas garantias à Administração Pública, acerca da capacidade dos licitados em executar devidamente o contrato, e que são normalmente conferidas pelas outras modalidades de licitação.

112. Logo, havendo qualquer dúvida sobre a caracterização do objeto licitado como sendo comum, a possibilidade de utilização do pregão como modalidade licitatória certamente deve ser afastada. É o que ocorre no presente caso.

113. Com efeito, o referido anexo ao edital contém detalhada descrição do objeto licitado, evidenciando a complexidade tanto dos serviços a serem prestados, quanto dos bens a serem fornecidos pelas futuras contratadas, sendo impossível aplicar-lhes a epígrafe de “bens e serviços comuns” nos termos da Lei n. 10.520/2010.

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico)**. 5ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 35.



114. Ilustrativamente, o software de monitoramento de vídeo a ser utilizado, de acordo com o Edital, deve ser detalhadamente customizado, havendo mais de 150 itens a serem atendidos pelo sistema, conforme se depreende do item 2.4.3 do Termo de Referência, já transcrito acima.

115. **A rigor, tais exigências não constituem características encontradas em software “de prateleira” ou que seja usual no mercado. Trata-se de software específico e com alto grau de customização, que não é comumente fornecido pelas empresas do setor.**

116. A esse respeito já se manifestou o TCU em inúmeras oportunidades, sendo clara a posição segundo a qual apenas a contratação de softwares “de prateleira” é passível de ser realizada por meio da modalidade pregão:

“18. Decerto, existem softwares que **são denominados de “produtos de prateleira”, cujos padrões podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser licitados mediante pregão, por se classificarem como bens comuns**” (Tribunal de Contas da União - Acórdão 2.094/2004 – Plenário)

“39. É importante ainda ressaltar que **existem basicamente dois tipos de software: os de prateleira e os de encomenda. Softwares de prateleira são aqueles feitos em larga escala e de maneira uniforme, enquanto os de encomenda são programas de computador produzidos sob encomenda para atender a necessidade específica de determinado usuário.** Caso haja a necessidade de customização do produto, este se enquadra no conceito de software de encomenda. (...)”

83. Essa é uma classificação tradicional, que também foi usada nos julgamentos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 1.945 e 5.659, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), que dizem respeito à tributação desses tipos de softwares.” (Tribunal de Contas da União - Acórdão 5684/2023 – 1ª Câmara)

117. Exigências de customização ficam evidenciadas ainda, ilustrativamente, nas características exigidas dos módulos de relatórios do sistema de bilhetagem eletrônica, que devem atender às necessidades específicas do Município. **O Edital inclusive prevê expressamente que a Secretaria Municipal de Governo “poderá, a seu critérios, exigir a adaptação deste módulo para que ele inclua novas modalidades de relatório”:**

2.1.1.4. Módulo de Relatórios



Esse módulo deverá permitir à SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO o processamento de informações para a extração de relatórios gerenciais relativos ao sistema de transporte e ao sistema de bilhetagem.

A gama de relatórios têm caráter preponderantemente quantitativo, incluindo desde tabulações dos dados do sistema até sumários descritivos, quais sejam:

- a) Oferta de serviços, incluindo indicadores de frota e viagens;
- b) Demanda de passageiros, incluindo indicadores por viagem, por empresa, por linha, por tipo de pagamento de cartão, incluindo as viagens integradas;
- c) Créditos em poder do público;
- d) Vendas por ponto de venda e tipo de cartão;
- e) Utilização de cartões com privilégios tarifários;
- f) Ocorrências do serviço de atendimento ao usuário;
- g) Conta corrente de cada cartão;
- h) Receita do sistema por linha e por tipo de usuário;
- i) Emissão e cancelamento de cartões, por tipo;
- j) Empresas compradoras de vale-transporte, incluindo perfil de compra de créditos;
- k) Cartões indisponíveis, incluindo tentativas de utilização posterior à notificação para cancelamento;
- l) Controladoria financeira, incluindo informações relativas às receitas tarifárias e à compensação de créditos entre as várias empresas operadoras do sistema de transporte; e
- m) Emissão das informações organizacionais do Sistema de Transporte Público de Nova Friburgo/RJ nos moldes da Especificação Geral sobre Feeds de Transporte Público (GTFS), também chamada de GTFS Static ou transporte público estático, incluindo, pelo menos, os arquivos e campos obrigatórios dessa estrutura de dados.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO poderá, a seu critério, exigir a adaptação deste módulo para que ele inclua novas modalidades de relatório.

118. Toda esta configuração técnica, com exigência expressa de customização, não se coaduna com a caracterização de “bens comuns”.

119. A jurisprudência do TCU é pacífica nesse sentido, ao entender que “produtos de prateleira”, que claramente não são os ora licitados, são passíveis de serem contratados pela modalidade de pregão, ao passo que os softwares sob encomenda ou customizáveis

120. A ilegalidade no caso concreto fica clara ao se verificar, por exemplo, que o **Município do Rio de Janeiro licitou serviço com objeto bastante semelhante por meio de Concorrência, modalidade compatível com a complexidade do objeto**, conforme Edital de Concorrência SMTR n. 001/2021 – Licitação Sistema de Bilhetagem Digital⁸.

121. **Assim sendo, em hipótese alguma os serviços e bens a serem adquiridos pelo Município podem ser caracterizados como bens e serviços “comuns”, sendo ilegal sua licitação por meio da modalidade do pregão, seja ele eletrônico ou presencial.**

122. A utilização do pregão, no presente caso, oferece riscos inadmissíveis à Administração Pública, tendo em vista a simplicidade do procedimento, a qual não é adequada para que sejam perfeitamente aferidas as especificações técnicas exigidas dos licitantes para participarem da disputa.

VIII. PEDIDO

123. Diante do exposto, a **Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.** pede que a presente impugnação seja conhecida e provida, para que sejam reconhecidos e devidamente retificados os vícios ora apontados do Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023, com a devida republicação do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, § 4º da Lei n. 8.666/1993, observando-se o prazo de anterioridade aplicável.



Belo Horizonte, 3 de agosto de 2023.



Documento assinado digitalmente
PAULO CELSO DANTAS CARNEIRO
Data: 03/08/2023 17:01:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.

⁸ Conforme se depreende do referido objeto da licitação: “7.1. Objeto. O objeto da presente LICITAÇÃO é a outorga da CONCESSÃO, em caráter de exclusividade (exceto nas Etapas de Mobilização e Transição), para a prestação dos SERVIÇOS de organização e operação do SISTEMA DE BILHETAGEM DIGITAL (SBD) em todos os sistemas de transporte público coletivo de titularidade do MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, conforme caracterizado e especificado no EDITAL, CONTRATO e seus ANEXOS.

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)			
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31204849093			Código da Natureza Jurídica 2062		Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	
1 - REQUERIMENTO						
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais						
Nome: TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)						
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:				Nº FCN/REMP  MGN2021033672		
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO		
1	002			ALTERACAO		
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO		
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		
BELO HORIZONTE Local 25 Maio 2020 Data			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____			
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL						
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA			
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável			<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável			
			Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável			
DECISÃO SINGULAR						
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência	
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.						
		____/____/____ Data Responsável				
DECISÃO COLEGIADA						
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência	
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.						
		____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
Presidente da _____ Turma						
OBSERVAÇÕES						



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
 Certifico registro sob o nº 7948124 em 04/08/2020 da Empresa TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA, Nire 31204849093 e protocolo 200520300 - 04/08/2020. Autenticação: 9FE01BFEC26CB3E3CE56EBC5FE99037CD174A7B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/052.030-0 e o código de segurança xZTk. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 20044 23
Rubrica: 42

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/052.030-0	MGN2021033672	31/01/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
595.221.006-68	CLAUDIA TONUSSI BRAGA



TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA

CNPJ: 01.005.845/0011-04

NIRE: 3120484909-3

27ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

AMADEU TONUSSI RODRIGUES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, domiciliado e residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Professor Sylvio de Vasconcellos, 90, São Bento, CEP 30.350-530, portador da carteira de identidade n.º M-1.041.233-SSP/MG, inscrito no CPF sob n.º 294.801.916-87;

MARCO ANTÔNIO TONUSSI RODRIGUES, brasileiro, divorciado, industrial, domiciliado e residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Fausto Nunes Vieira, nº 80, apto. 1502, Bairro Belvedere, CEP.: 30.320-590, portador da carteira de identidade n.º M-2.511.193-SSP/MG, inscrito no CPF sob n.º 500.820.276-68;

RONNEY TONUSSI RODRIGUES, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, industrial, domiciliado e residente na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Rua Ipê Roxo, 285, Condomínio Serra dos Manacás, CEP 34.007.838, portador da carteira de identidade n.º M-1.742.285-SSP/MG, inscrito no CPF sob n.º 520.792.106-10;

CLÁUDIA TONUSSI BRAGA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, domiciliada e residente na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Rua Jacarandá, 448, Condomínio Serra dos Manacás, CEP 34.007-870, portadora da carteira de identidade n.º M-4.088.751-SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 595.221.006-68;

CLÉA TONUSSI RODRIGUES, brasileira, divorciada, industrial, domiciliada e residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Luiz Paulo Franco, 434, Apto. 1904, Belvedere, CEP 30.320-570, portadora da carteira de identidade n.º M-1.018.548-SSP/MG, inscrita no CPF sob n.º 294.802.216-91;

CRISTIANE TONUSSI RODRIGUES LIMA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, domiciliada e residente na cidade de Vila Velha, Espírito Santo, na Rua Goiás, 58, Apto. 301, Praia de Itapoã, CEP: 29.101-580, portadora da carteira de identidade n.º M-6.186.704-SSP/MG, inscrita no CPF sob o n.º 902.864.306-06;

únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.**, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerias, na Av. Raja Gabaglia, 3.800, Bairro Santa Lúcia, CEP: 30.494-310; inscrita



Processo Nº: 20044 / 23
Rubrica: *lp* Fls: 44

Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 2 de 10

no CNPJ sob nº 01.005.845/0011-04, com seu ato constitutivo arquivado, originalmente, na Junta Comercial de Minas Gerais sob n.º 3120484909-3, em 12.01.1996, resolvem alterar o contrato social, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – SAÍDA DE SÓCIO

O sócio **AMADEU TONUSSI RODRIGUES**, acima qualificado, retira-se neste ato da sociedade, cedendo e transferindo aos demais sócios a totalidade das 818.180 quotas que possui, pelo valor de R\$818.180,00 (oitocentos e dezoito mil cento e oitenta reais), proporcionalmente ao percentual de participação de cada um dos demais sócios no capital da sociedade, a saber: (a) 210.388 (duzentas e dez mil, trezentas e oitenta e oito) quotas ao sócio **MARCO ANTÔNIO TONUSSI RODRIGUES**, (b) 210.388 (duzentas e dez mil, trezentas e oitenta e oito) quotas ao sócio **RONNEY TONUSSI RODRIGUES**, (c) 210.388 (duzentas e dez mil, trezentas e oitenta e oito) quotas à sócia **CLÁUDIA TONUSSI BRAGA**, (d) 93.508 (noventa e três mil, quinhentas e oito) quotas à sócia **CLÉA TONUSSI RODRIGUES**, e (e) 93.508 (noventa e três mil, quinhentas e oito) quotas à sócia **CRISTIANE TONUSSI RODRIGUES LIMA**. O sócio que se retira dá à sociedade ampla e total quitação de seus haveres sociais, e declarando que assume pessoalmente toda e qualquer responsabilidade fiscal, tributária, previdenciária, comercial, trabalhista e civil, decorrentes das atividades desenvolvidas até 01 de julho de 2011 e proporcionalmente à sua participação no capital social, ainda que a cobrança ou ação correspondente seja ajuizada posteriormente à cessão dessas quotas.

A cláusula quarta do contrato social passa então a vigorar com a seguinte redação:

4 – Capital

O capital da sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), divididos em 4.000.000 (quatro milhões) de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Quotas	%	Valor – R\$
<i>Marco Antônio Tonussi Rodrigues</i>	<i>1.028.568</i>	<i>25,72%</i>	<i>1.028.568,00</i>
<i>Ronney Tonussi Rodrigues</i>	<i>1.028.568</i>	<i>25,72%</i>	<i>1.028.568,00</i>
<i>Cláudia Tonussi Braga</i>	<i>1.028.568</i>	<i>25,72%</i>	<i>1.028.568,00</i>
<i>Cléa Tonussi Rodrigues</i>	<i>457.148</i>	<i>11,42%</i>	<i>457.148,00</i>
<i>Cristiane Tonussi Rodrigues Lima</i>	<i>457.148</i>	<i>11,42%</i>	<i>457.148,00</i>
Totais	4.000.000	100,00%	4.000.000,00

II – INTERVENIÊNCIA

Comparece neste ato, como interveniente anuente, em caráter irrevogável e irretratável, **Denise Lima Rodrigues**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens,



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7948124 em 04/08/2020 da Empresa TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA, Nire 31204849093 e protocolo 200520300 - 04/08/2020. Autenticação: 9FE01BFEC26CB3E3CE56EBC5FE99037CD174A7B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/052.030-0 e o código de segurança xZTk. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/15

**Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação**

Página 3 de 10

empresária, domiciliada e residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Avenida Professor Sylvio de Vasconcellos, 90, São Bento, CEP 30.350-530, portadora da carteira de identidade n.º M1.182.604-SSP/MG, inscrita no CPF sob n.º 278.034.816-04.

III - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Tendo em vista as deliberações ajustadas neste instrumento, os sócios resolvem consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.

CNPJ: 01.005.845/0011-04

NIRE: 3120484909-3

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

MARCO ANTÔNIO TONUSSI RODRIGUES, brasileiro, divorciado, industrial, domiciliado e residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Fausto Nunes Vieira, nº 80, apto. 1502, Bairro Belvedere, CEP.: 30.320-590, portador da carteira de identidade n.º M-2.511.193-SSP/MG, inscrito no CPF sob n.º 500.820.276-68;

RONNEY TONUSSI RODRIGUES, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, industrial, domiciliado e residente na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Rua Ipê Roxo, 285, Condomínio Serra dos Manacás, CEP 34.007-838, portador da carteira de identidade n.º M-1.742.285-SSP/MG, inscrito no CPF sob n.º 520.792.106-10;

CLÁUDIA TONUSSI BRAGA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, domiciliada e residente na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, na Rua Jacarandá, 448, Condomínio Serra dos Manacás, CEP 34.007-870, portadora da carteira de identidade n.º M-4.088.751-SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 595.221.006-68;

CLÉA TONUSSI RODRIGUES, brasileira, divorciada, industrial, domiciliada e residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Luiz Paulo Franco, 434, Apto. 1904, Belvedere, CEP 30.320-570, portadora da carteira de identidade n.º M-1.018.548-SSP/MG, inscrita no CPF sob n.º 294.802.216-91;

CRISTIANE TONUSSI RODRIGUES LIMA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora de empresas, domiciliada e residente na cidade de Vila Velha, Espírito Santo, na Rua Goiás, 58, Apto. 301, Praia de Itapoã, CEP: 29.101-580, portadora da carteira de identidade n.º M-6.186.704-SSP/MG, inscrita no CPF sob o n.º 902.864.306-06;



Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 4 de 10

únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.**, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais, na Av. Raja Gabaglia, 3.800, Bairro Santa Lúcia, CEP: 30.494-310; inscrita no CNPJ sob nº 01.005.845/0011-04, com seu ato constitutivo arquivado, originalmente, na Junta Comercial de Minas Gerais sob n.º 3120484909-3, em 12.01.1996, deliberam consolidar o contrato social, mediante as seguintes cláusulas:

1. Natureza, denominação e sede

1.1. A sociedade é empresária, denomina-se TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA. e tem sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais, na Av. Raja Gabaglia, 3.800, Bairro Santa Lúcia, CEP: 30.494-310; inscrita no CNPJ sob nº 01.005.845/0011-04, NIRE 3120484909-3, podendo abrir e manter filiais, escritórios e outros estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

1.2 A sociedade possui as seguintes filiais:

- a) **SALVADOR,**
Estado da Bahia, Alameda dos Umbuzeiros, 638, Edifício Alameda Centro, Lojas 104, 105 e 106, Bairro Caminho das Árvores, CEP 41.820-680, inscrita no CNPJ sob nº 01.005.845/0002-13, NIRE 29900508536,
- b) **CONTAGEM,**
Estado de Minas Gerais, na Av. Gal. David Sarnoff, n.º 3.088, Bairro Inconfidentes, CEP: 32.210-110, inscrita no CNPJ sob nº 01.005.845/0007-28, NIRE 31901358351;
- c) **TERESINA,**
Estado do Piauí, na Av. Odilon Araújo, n. 1.065-A, Bairro Piçarra, CEP: 64.017-280, inscrita no CNPJ sob nº 01.005.845/0009-90, NIRE 22900094727,
- d) **NOVA LIMA,**
Estado de Minas Gerais, na Rua Antonio Jardim, S/N Bairro Centro, Cep: 34000-000, inscrita no CNPJ sob nº 01.005.845/0013-76, NIRE 3190181468-2;

2. Prazo de duração

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 15/01/1996, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, e em 29/01/2001, na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, e em 30/11/2011 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

3. Objeto

3.1 **A MATRIZ** tem como objeto as seguintes atividades:



Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 5 de 10

- a) Comércio de aparelhos eletrônicos, peças e acessórios para máquinas e veículos;
- b) Industrialização, importação e exportação de partes de sistemas eletrônicos e de comunicações, de aparelhos, peças e acessórios para máquinas e veículos;
- c) Prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, de elaboração de projetos na área de eletrônica e telecomunicações, de elaboração e execução de sistemas de gerenciamento de frotas de veículos, de operação de sistemas de bilhetagem eletrônica e treinamento de pessoal;
- d) A locação de bens móveis de sua própria fabricação, ou adquiridos de terceiros;
- e) A cessão de direitos de uso e geração de programa de computador (software) sob encomenda;
- f) A prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, de instalações, montagem, manutenção e reparos em instalações, aparelhos, máquinas e equipamentos eletrônicos, sistemas e programas de computador (softwares) de bilhetagem eletrônica;
- g) A Prestação de serviços de comercialização de créditos eletrônicos e de gestão de benefícios;
- h) Comércio e a cessão de uso de cartões inteligentes (smart card).
- i) Serviços de Operação de sistemas de bilhetagem eletrônica e treinamento de pessoal.

3.2 As FILIAIS têm por objeto as seguintes atividades:

3.2.1 As filiais de SALVADOR-BA, TERESINA-PI,

têm por objeto o comércio de aparelhos eletrônicos, peças e acessórios para máquinas e veículos; a prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, de instalações, montagem, manutenção e reparos em instalações, aparelhos, máquinas e equipamentos eletrônicos, sistemas e programas de computador (softwares) de bilhetagem eletrônica;

3.2.2 A filial de CONTAGEM-MG,

têm por objeto o comércio de aparelhos eletrônicos, peças e acessórios para máquinas e veículos; e a industrialização, importação e exportação de partes de sistemas eletrônicos e de comunicações, de aparelhos, peças e acessórios para máquinas e veículos;

3.2.3 A filial de NOVA LIMA-MG,

têm por objeto a Prestação de serviços de comercialização de créditos eletrônicos e de gestão de benefícios; Comércio e a cessão de uso de cartões inteligentes (smart card);

4. Capital

O capital da sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), divididos em 4.000.000 (quatro milhões) de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:



Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 6 de 10

SÓCIOS	QUOTAS	%	Valor – R\$
Marco Antônio Tonussi Rodrigues	1.028.568	25,72%	1.028.568,00
Ronney Tonussi Rodrigues	1.028.568	25,72%	1.028.568,00
Cláudia Tonussi Braga	1.028.568	25,72%	1.028.568,00
Cléa Tonussi Rodrigues	457.148	11,42%	457.148,00
Cristiane Tonussi Rodrigues Lima	457.148	11,42%	457.148,00
TOTAIS	4.000.000	100,00%	4.000.000,00

5. Da responsabilidade dos sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1052 da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

6. Da administração da sociedade

- 6.1 A sociedade é administrada pelos sócios: Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Ronney Tonussi Rodrigues e Cláudia Tonussi Braga, todos acima qualificados, que atuarão isolada ou conjuntamente, e perceberão, à título de pro labore, a remuneração que lhes for fixada.
- 6.2 A sociedade é representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, isoladamente ou conjuntamente:
- Por um administrador, isoladamente, na emissão de cheques e assunção de obrigações ou na alienação de bens de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 - Por dois administradores, conjuntamente: na emissão de cheques e assunção de obrigações ou na alienação de bens de valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
 - Por três administradores, conjuntamente: na emissão de cheques e assunção de obrigações ou na alienação de bens de valor superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), bem como para avais, fianças, hipotecas, penhores e alienações fiduciárias;
 - Representação legal, em juízo ou fora dele, por qualquer dos administradores, isoladamente.
- 6.3 A denominação social será usada unicamente em negócios de interesse da sociedade. É expressamente defeso, a qualquer administrador, empregá-la para fins particulares ou na prestação de garantia em favor de terceiros, especialmente em letras de câmbio, notas promissórias, cartas de fiança, avais ou quaisquer outros documentos que acarretem responsabilidade para a sociedade, onerando-a, em prejuízo dos interesses sociais.



Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 7 de 10

7. Da cessão de quotas

- 7.1 As quotas são livremente transferíveis entre os sócios, devendo as quotas do sócio cedente ser oferecidas aos demais sócios, proporcionalmente à sua participação societária na data da oferta, com prazo de 120 (cento e vinte) dias para resposta.
- 7.2 Se um ou mais sócios optar por não adquirir as quotas oferecidas, as quotas que lhes caberiam serão divididas entre os demais sócios, na proporção das respectivas participações na sociedade, para o que lhes será aberto novo prazo de 30 (trinta) dias.
- 7.3 As quotas sociais só podem ser cedidas a terceiros mediante o consentimento de sócios que representem $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

8. Do falecimento, exclusão ou interdição de sócio

- 8.1 A sociedade não se dissolverá com a morte, interdição, retirada ou exclusão de sócio.
- 8.2 No caso de falecimento do sócio, suas quotas serão transmitidas aos respectivos sucessores, ressalvado aos demais sócios o direito de não admiti-los na sociedade.
- 8.3 Nos casos de não admissão na sociedade dos sucessores do sócio falecido, previsto no item anterior, ou de exclusão de sócio pelos demais, na forma do art. 1.030 do Código Civil, os haveres do sócio falecido ou excluído serão apurados com base no patrimônio líquido da sociedade determinado em balanço levantado especialmente para este fim.
- 8.4 O balanço especial mencionado no item anterior será levantado por empresa especializada, adotando-se os critérios geralmente aceitos de avaliação patrimonial para empresas em continuidade normal de suas operações (avaliação pelo fluxo de caixa descontado); e a data base será o último dia do mês imediatamente anterior à data de comunicação do sócio retirante ou da decisão da maioria dos sócios nos demais casos, e será aprovado pelos sócios detentores de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.
- 8.5 O pagamento dos haveres apurados será feito em 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas, devidamente corrigidas mensalmente pela taxa utilizada para a remuneração de débitos fiscais federais (SELIC), acrescida de 12% (doze por cento) ao ano. A primeira parcela vencerá em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data base do balanço especial.
- 8.6 No caso de interdição, o sócio interdito será representado na sociedade pelo respectivo curador. Nesta hipótese, fica reservado aos demais sócios o direito de excluí-lo da sociedade, conforme previsto no item 11.9, caso em que os respectivos haveres serão apurados pela forma prevista nesta cláusula.



9. Da retirada de sócios

No caso de retirada voluntária do sócio, na forma prevista no art. 1.029 do Código Civil, os respectivos haveres serão apurados pela forma prevista no item 8.4, acima; e o seu pagamento, a critério da maioria dos sócios remanescentes, poderá ser feito pela sociedade em moeda corrente do país, pela forma e nos prazos previstos no item 8.5, e/ou em imóveis e por marcas e patentes, na mesma proporção representada por bens dessa espécie em relação ao patrimônio da sociedade.

10. Do exercício social

O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, sendo facultado à sociedade, por deliberação dos sócios, estabelecer balanços intercalares. O resultado do exercício terá o destino que lhe for dado pelos sócios que representem a maioria do capital social.

11. Deliberações sociais

11.1 Os sócios reunir-se-ão periodicamente, pela forma prevista nesta cláusula, para o exame de assuntos de interesse da sociedade. A reunião será desnecessária quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

11.2 Dependem de deliberação dos sócios, além de outras matérias previstas na lei ou neste contrato:

- I. a aprovação do balanço patrimonial e do resultado do exercício;
- II. a nomeação, a destituição e a remuneração dos administradores;
- III. a modificação do contrato social;
- IV. a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- V. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VI. o pedido de recuperação judicial;
- VII. a exclusão e inclusão de sócio terceiro.

11.3 Haverá, pelo menos, uma reunião por ano, realizada até o último dia de abril, para aprovação do balanço patrimonial e resultado do exercício.

11.4 As reuniões de sócios serão convocadas por escrito, mediante aviso no qual o sócio se declare ciente do local, data, hora e ordem do dia da reunião. Será dispensável a convocação se todos os sócios comparecerem à reunião.

11.5 Se algum dos sócios não for encontrado ou se deixar de firmar o aviso de convocação com a declaração de ciência referida no item anterior, a reunião deverá ser convocada mediante aviso publicado por três vezes, pelo menos, no órgão oficial do Estado e em outro jornal de grande circulação.



Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 9 de 10

- 11.6 Entre a data do recebimento do aviso, pelo sócio, ou da sua primeira publicação, no caso previsto no item anterior, e a data de realização da reunião, deverá mediar um prazo de oito dias, para a primeira convocação, e de cinco dias, para as convocações posteriores.
- 11.7 A reunião será convocada por qualquer dos sócios, quando ocorrer atraso superior a 60 (sessenta) dias na convocação da reunião referida no item 11.3, acima, ou por sócios representando mais de um quarto do capital social, quando não atendido, no prazo de oito dias, o pedido de convocação encaminhado aos administradores, com indicação das matérias a serem tratadas.
- 11.8 reunião de sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de sócios que representem, pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, com a presença de sócios detentores de, pelo menos, metade mais uma das quotas sociais.
- 11.9 Nas reuniões, assim como em qualquer outro instrumento que formalize deliberações dos sócios, essas deliberações serão tomadas:
- I. pelos votos correspondentes, no mínimo, a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, quando se tratar de modificação do contrato social; incorporação, fusão, dissolução da sociedade ou cessação do estado de liquidação; pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; aumento do capital social; e cessão de quotas do capital social a terceiros;
 - II. pelos votos correspondentes a mais de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social, nos seguintes casos: designação, destituição e modo de remuneração dos sócios administradores; e exclusão de sócio, pela forma prevista nos artigos 1.030 e 1.085 do Código Civil;
 - III. nos demais casos, observado o quorum previsto no subitem 11.8, supra, por maioria dos sócios presentes na reunião, apurando-se os respectivos votos na proporção das quotas possuídas por cada um deles.
- 11.10 reunião será presidida pelo sócio escolhido pelos demais e secretariada por outro, convidado pelo presidente, delas lavrando-se ata, no livro próprio da sociedade. Cópia da ata será arquivada no Registro Público das Empresas Mercantis se dever surtir efeitos perante terceiros.

12. Da lei aplicável

As omissões deste contrato serão resolvidas de acordo com o disposto nos artigos 1.052 a 1.086 do Código Civil e, supletivamente, pelo disposto na Lei n. 6.404/76. Não se farão necessárias, entretanto, quaisquer das publicações previstas na Lei n. 6.404/76.

13. Foro

Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como único competente para dirimir todas as questões provenientes do presente contrato social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venham os sócios a ter por domicílio.



Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.
Vigésima sétima alteração contratual e consolidação

Página 10 de 10

14. Declarações dos sócios e administradores

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de participar, como sócios ou administradores, de sociedades empresárias, nem incidem nas proibições previstas no art. 1011 do Código Civil.

Belo Horizonte – MG, 16 de janeiro de 2020.

Assinam digitalmente o presente ato: (a) os sócios Marco Antônio Tonussi Rodrigues, Ronney Tonussi Rodrigues, Cláudia Tonussi Braga, Créa Tonussi Rodrigues e Crisitiane Tonussi Rodrigues Lima; (b) o sócio que se retira da sociedade, Amadeu Tonussi Rodrigues e (c) a interveniente anuente, Denise Lima Rodrigues.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/052.030-0	MGN2021033672	31/01/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
294.801.916-87	AMADEU TONUSSI RODRIGUES
595.221.006-68	CLAUDIA TONUSSI BRAGA
294.802.216-91	CLEA TONUSSI RODRIGUES
902.864.306-06	CRISTIANE TONUSSI RODRIGUES LIMA
278.034.816-04	DENISE LIMA RODRIGUES
500.820.276-68	MARCO ANTONIO TONUSSI RODRIGUES
520.792.106-10	RONNEY TONUSSI RODRIGUES





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Processo Nº: 20044 / 23
Rubrica: β Fls: 54

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA, de NIRE 3120484909-3 e protocolado sob o número 20/052.030-0 em 04/08/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7948124, em 04/08/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
595.221.006-68	CLAUDIA TONUSSI BRAGA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
595.221.006-68	CLAUDIA TONUSSI BRAGA
500.820.276-68	MARCO ANTONIO TONUSSI RODRIGUES
520.792.106-10	RONNEY TONUSSI RODRIGUES
902.864.306-06	CRISTIANE TONUSSI RODRIGUES LIMA
294.802.216-91	CLEA TONUSSI RODRIGUES
294.801.916-87	AMADEU TONUSSI RODRIGUES
278.034.816-04	DENISE LIMA RODRIGUES

Belo Horizonte, terça-feira, 04 de agosto de 2020



Documento assinado eletronicamente por Juliana Marcia Lacerda Gomes Cruz, Servidor(a) Público(a), em 04/08/2020, às 13:46 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/052.030-0.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7948124 em 04/08/2020 da Empresa TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA, Nire 31204849093 e protocolo 200520300 - 04/08/2020. Autenticação: 9FE01BFEC26CB3E3CE56EBC5FE99037CD174A7B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/052.030-0 e o código de segurança xZTk. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 04 de agosto de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7948124 em 04/08/2020 da Empresa TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA, Nire 31204849093 e protocolo 200520300 - 04/08/2020. Autenticação: 9FE01BFEC26CB3E3CE56EBC5FE99037CD174A7B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/052.030-0 e o código de segurança xZTk. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/08/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

1847-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº: MG-4.088.751 DATA DE EXPEDIÇÃO: 07/02/2001

NOME: CLAUDIA TONUSSI BRAGA

FILIAÇÃO: AMADEU ALVIM RODRIGUES
CLEA TONUSSI RODRIGUES

NATURALIDADE: BELO HORIZONTE-MG DATA DE NASCIMENTO: 1/3/1967

DOE ORIGEM: CAS. AV. SEP. LV-116 FL-294
BELO HORIZONTE-MG

595221006-68

FIG-1847

ASSINATURA DO TITULAR: *Cláudia Tonussi Braga*

4.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

Processo Licitatório nº: 5.561/2023

Processo de Impugnação nº: 20.644/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

OBJETO: Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com as condições e especificações técnicas e descrições contidas no Termo de Referência, ANEXO II, deste edital.

IMPUGNANTE: TACON PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA - CNPJ Nº: 01.005.845/0001-04.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa TACON PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA - CNPJ Nº: 01.005.845/0001-04, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 157/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante, conforme fls. 03 a 38:

a) II. INSUFICIÊNCIA NA FORMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO ART. 30, II, DA LEI FEDERAL N. 8.666/1993 E AO PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

b) IV. AUSÊNCIA DE CLAREZA E INSUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO EDITAL PARA FINS DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS. DO PREJUÍZO AO

JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA: VIOLAÇÃO AOS ARTS. 3º E 45 DA LEI FEDERAL N.

8.666/1993 E ART. 3º DA LEI FEDERAL N. 10.520/2002.

c) IV.1. Da ausência de definição do cronograma

d) IV.2. Da ausência de informações técnicas que definem o objeto

e) IV.3. Da ausência de definição objetiva do regime de execução dos serviços e da demanda para previsão das medições e remuneração da contratada: impossibilidade de elaboração de propostas adequadas.

Comissão de Pregão I

f) IV.4. Dos vícios materiais e contradições

g) V. EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO:

EXCESSO DE DETALHAMENTO E REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS PELOS LICITANTES

h) VI. ILEGALIDADE DO CRITÉRIO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA COM BASE EM VALOR DO PREÇO DE REFERÊNCIA NÃO DIVULGADO NO EDITAL.

i) VII. INCOMPATIBILIDADE DA MODALIDADE LICITATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO

COM A COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. VIOLAÇÃO AOS ART. 1º DA LEI N.

10.520/2002.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Por todos os fatos e fundamentos ora apresentados, requer-se:

Diante do exposto, a Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda. pede que a presente impugnação seja conhecida e provida, para que sejam reconhecidos e devidamente retificados os vícios ora apontados do Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023, com a devida republicação do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, § 4º da Lei n. 8.666/1993, observando-se o prazo de anterioridade aplicável.

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por uma análise justa, observando-se os princípios constitucionais que regem a administração pública.

IV. DO MÉRITO

9 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 5.1.1 do edital.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 20.644/2023

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: 50

Comissão de Pregão I

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 08 de agosto de 2023 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 04 de agosto de 2023.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

b. 61



Secretaria Municipal de Governo SeGov <secgovnf@gmail.com>

**[ESCLARECIMENTOS] EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 157/2023**

2 mensagens

Romulo Orrico <romulo@pet.coppe.ufrj.br>

7 de agosto de 2023 às 13:34

Para: Secretaria Municipal de Governo SeGov <secgovnf@gmail.com>

Prezado Dr. Rodrigo,

Em atenção à sua solicitação relativa aos pedidos de esclarecimento e impugnações referentes ao processo licitatório 157/2023, encaminho anexo o entendimento desta equipe relativa a cada um dos pontos arguidos. São dois Textos que se completam

Prof. Romulo Orrico, Dr. Ing.

COPPE-UFRJ

Federal University of Rio de Janeiro

Transport Engineering Program

Av. Horácio Macedo, 2030 - H 106, Cidade Universitária

1941-914 Rio de Janeiro, RJ - Brazil

online curriculum: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783855H9>

Tel: +55 21 3938-8131

e-mail: romulo@pet.coppe.ufrj.br

ORCID 0000-0003-4789-6708

COPPE: 50 ANOS ANTECIPANDO O FUTURO

2 anexos**Respostas Esclarecimentos e Impugnações NF - 07_08_2023.docx**

25K

**CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS impugnacoes.docx**

19K

Secretaria Municipal de Governo SeGov <secgovnf@gmail.com>

7 de agosto de 2023 às 14:36

Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

[Citação ocultada]

2 anexos**Respostas Esclarecimentos e Impugnações NF - 07_08_2023.docx**

25K

**CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS impugnacoes.docx**

19K



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº 20644/23
DATA AUTUAÇÃO: 10 / 8 / 23
Fls Nº 62 Rubrica 8

Processo: 20644/23

Requerente: Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.

Assunto: impugnação

Rodrigo Lima Carvalho
Subsecretário de
Serviços Concedidos
Matr.: 62.771

À Procuradoria-Geral;

O edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi devidamente encaminhada a contratada para análise e manifestação, que faço juntar nos autos nesta oportunidade, conforme abaixo:

IMPUGNAÇÃO TACOM PROJETOS DE BILHETAGEM INTELIGENTE LTDA.

III INSUFICIÊNCIA NA FORMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

"A consultoria técnica entende que deverá ser adicionada a qualificação técnica com relação ao sistema de gestão de frota, para que seja atribuído a prestação de serviço qualidade e eficiência, portanto, o item será alterado para inserção da qualificação técnica referente ao sistema de gestão de frota. Contudo, diversamente do que foi verificado para o sistema de gestão de frota, o sistema de CFTV servirá para auditoria dos embarques, não sendo objeto principal do projeto, mas atividade acessória, permanecendo como estipulado no edital."

IV.1 Da ausência de definição do cronograma.

"No que se refere a esta irresignação, constata-se que o edital não contemplou cronograma de fornecimento e implantação dos sistemas, o que é importante para que a execução do serviço seja exitosa e implementada, observando prazos necessários para que o sistema cumpra a integralidade das funções que são correlatas e dependentes entre si, portanto, será inserido no edital o cronograma de fornecimento e implantação do sistema."

IV.2 Da ausência de informações técnicas que definem o objeto.

"Os quantitativos necessários para levantamento de custos foram apresentados no Termo de Referência, desta feita, foram discriminadas as balizas necessárias para que a proposta seja formulada, sendo necessário alterar o edital no que se refere ao cronograma de migração, portanto, assiste razão a empresa impugnante, assim será apresentado processo de migração entre o sistema atual e o novo. Quanto ao impugnado no item 59 (I) NÃO procede, pois não haverá interoperabilidade, portanto, esta exigência será suprimida do edital do SBE. Quanto ao item (ii) importa nas duas funcionalidade, ou seja, operação do sistema de tecnologia da informação e o suporte à operação desse sistema. Quanto ao item (iii) assiste razão à empresa impugnante e as incorreções serão sanadas no novo edital. Quanto ao item 62, assiste razão ainda a empresa impugnante, posto que houve erro material na inclusão de descrição de equipe não prevista, portanto, o edital deverá ser



corrigido. Quanto ao alegado no item 63, verifica-se que os quantitativos estão propostos e quanto ao horário de trabalho será corrigido no novo edital. No que se refere aos itens 65 e 66, tem-se que quanto ao subitem (i) o item 2.3.2 do TR equaciona a questão suscitada pela empresa impugnante, em relação ao subitem (ii), o CFTV servirá para auditoria dos embarques, não tendo necessidade de integração com o sistema de gestão de frotas.”

IV.3 Da ausência de definição objetiva do regime de execução dos serviços e da demanda para previsão das medições e remunerações da contratada.

“Assiste razão a empresa impugnante, a omissão no edital será resolvida com a publicação do Acordo do Nível de Serviço.”

IV.4 Dos vícios materiais e contradições.

Quanto ao item 81, assiste razão a empresa impugnante, portanto, deverá ser retirada a expressão: “que foi realizada vistoria e medição “in loco” de todo o material necessário para compor os itens supracitados”

“Quanto ao item 82, temos as seguintes considerações:

- I) não há necessidade de reconhecer firma;
- II) Valor do lote é global, referente aos 48 meses, portanto, será realizada a correção do item 9.1 do edital.
- III) Ocorreu erro material, portanto, o item 9.2 será corrigido.
- IV) o que restou identificado para fins de regramento editalício é a vedação de identificação da proposta antes da sessão eletrônica, para manutenção do sigilo, pois está claro que: “É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE QUANDO DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA ANTES DA SESSÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA”.
- V) Ocorreu erro material, portanto, será corrigido a numeração.
- VI) O regramento impugnado, foi disposto para que a critério da empresa que fizer proposta, o faça através de aquisição ou locação do equipamento.
- VII) Ocorreu erro material, portanto, a descrição constante no item 2.5.3 do termo de referência será suprimida.
- VIII) O custo dos quantitativos de reserva devem ser considerados no custo de manutenção mensal de cada equipamento.
- IX) O custo dos quantitativos de reserva devem ser considerados no custo de manutenção mensal de cada equipamento.
- X) O regramento no item 2.1.1.11, trata de especificação dos elementos apresentados nos demais itens, não sendo atribuído qualquer valor econômico.
- XI) A previsão de 8 câmeras é para que o operador de transporte, havendo necessidade de instalação de mais câmeras para melhoria do serviço, caso queira por conta própria, faça a acoplação de mais câmeras, portanto, prever equipamento para somente uma câmera implicará em potencial cerceamento na melhoria do serviço de transporte no que pertine a instalação de outras câmeras, além daquela prevista no edital.”



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº 20644/B
DATA AUTUAÇÃO: 10/1/13
Fls Nº 64 Rubrica 4

André Lima Carvalho
Subsecretário de
Serviços Concedidos
Matr.: 62.771

V. EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO

Quanto ao item 85, tem-se que a descrição do software visa abarcar as funcionalidades necessárias para a gestão do SBE e se enquadra na maioria dos softwares de mercado existentes, portanto, configurou-se o que permite que o sistema funcione como pretende o poder público. Neste sentido, com o devido acatamento, restando evidente que existem vários softwares que são compatíveis, não verifica-se restrição na competitividade.

VI. ILEGALIDADE DO CRITÉRIO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA COM BASE EM VALOR DO PREÇO DE REFERÊNCIA NÃO DIVULGADO NO EDITAL.

Assiste razão a empresa impugnante, o edital deverá considerar os valores unitários de referência dispostos em planilha orçamentária, no caso, o custo fixo mensal (custo constante + custo equipe) e o custo variável mensal por veículo gerenciado.

Custo Fixo = (custo constante + custo equipe) R\$/mês

Custo Variável = R\$/por veículo gerenciado/mês

Preço Global = 48 x (custo fixo + 138 x custo variável)

VII. INCOMPATIBILIDADE DA MODALIDADE LICITATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO COM A COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO

Aduz a impugnante.

VII. INCOMPATIBILIDADE DA MODALIDADE LICITATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO COM A COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. VIOLAÇÃO AOS ART. 1º DA LEI N. 10.520/2002 106. O Edital tem por objeto a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, tendo o Município optado por realizar a licitação por meio de pregão eletrônico.

107. No entanto, ao se analisar o Edital e as especificações técnicas definidas para os bens e serviços ora licitados, verifica-se que a modalidade do pregão não é adequada para o presente caso.

108. Como se sabe, a Lei n. 10.520/2002 instituiu a modalidade do pregão, objetivando garantir à Administração Pública maior celeridade e eficiência em contratações públicas, por meio de um procedimento licitatório mais ágil e simplificado.

109. Nesse sentido, a própria Lei n. 10.520/2002 estabeleceu que a utilização do pregão deve se restringir à aquisição de bens e serviços comuns, não sendo modalidade adequada para bens e serviços complexos. O art. 1º, parágrafo único da Lei n. 10.520/2002 define quais bens e serviços são considerados comuns:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

“Incontroversa a previsão contida no caput do art. 1º da Lei 10.520/02. Segundo a Súmula 257 do TCU:



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº 20649/13
DATA AUTUAÇÃO: 12/8/13
Fls Nº 65 Rubrica 8

“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.”

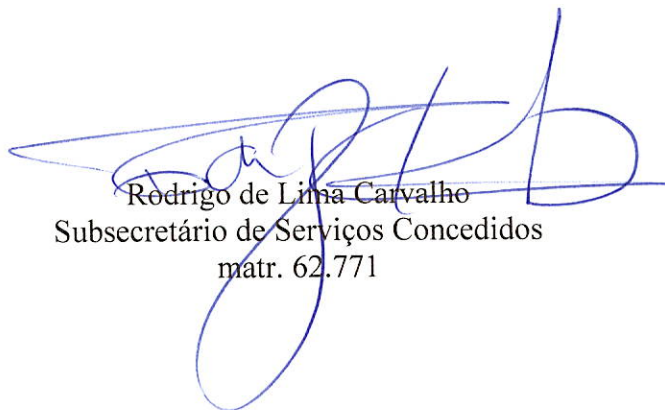
Por outra feita, nos termos do Acórdão 1.046/2014 – Plenário, ministro Benjamin Zymler, TCU, há que se observar:

“a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de ‘serviço comum’, mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum [...] ‘bem ou serviço comum’ deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado. Portanto, a noção de ‘comum’ não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de ‘bem ou serviço comum.’”

Neste sentido, há que se observar, que há um mercado próprio; logo, comum ao menos pelo volume de empresas com pedido de esclarecimentos para fins de participação na presente licitação, portanto, o serviço a ser licitado encontra-se disponível, podendo ser licitado através da modalidade pregão, observadas os demais requisitos.”

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 10 de agosto de 2023.



Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771

CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS, 07/08/2023.

Pl. 66
Rodrigo Lima Carvalho
Subsecretário de
Serviços Concessões
Matr. 62.771

O objeto da licitação é, na área do transporte público coletivo, uma inovação. Pouquíssimos os casos similares, ainda em implantação, no Brasil. Busca-se a excelência, com competência, eficácia e eficiência, a vantajosidade, sempre com vistas ao interesse público.

Neste sentido, totalmente entendível a grande participação com pedidos de esclarecimento e as impugnações apresentadas.

Em relação às impugnações, na verdade, são, também, na maioria das vezes, pedidos de esclarecimentos técnicos para fins do bom entendimento do conteúdo do instrumento convocatório.

Dois temas apresentados clamam por avaliação, quais sejam:

1 – Questão suscitada em duas impugnações, TACON e TRANSDATA, acerca da qualificação técnica.

A TACON alega *“insuficiência na formulação das exigências de qualificação técnica”*; por sua vez, a Transdata afirma, quanto à qualificação técnica: *“não exigência de comprovação de qualificação técnica adequada”*.

As duas peças impugnatórias aduzem, em síntese:

“A não exigência de comprovação de qualificação técnica referente a sistemas de gestão de frota, sistemas de informação ao usuário e sistemas de CFTV embarcados. O Edital exige somente da bilhetagem (número de transações), mas o objeto é muito mais amplo. Ou seja, há a possibilidade de contratação de empresas sem a qualificação técnica necessária, o que pode gerar prejuízos aos cofres públicos.”

A própria impugnante TACON, na peça de impugnação, afirma a indispensabilidade de observância das regras contidas no art. 30 da Lei 8.666/93, veja:

A Lei Federal n. 8.666/1993, aplicada subsidiariamente às licitações realizadas pela modalidade pregão, é bastante clara no tocante à regulamentação das exigências de qualificação técnica nos editais de licitação. O art. 30, II, prevê que essas exigências devem permitir a “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”.

Este o disciplinamento do artigo suscitado:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

1 - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei

Logo, nos termos da normativa aplicável, somente em relação às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado pode ser exigido, para fins de comprovação de qualificação técnica, atestado; ainda assim, mediante a justificativa técnica para a exigência.

2) Outro tema suscitado pela TACON, que merece reflexão, se refere a possibilidade de adoção da modalidade Pregão para a contratação do objeto licitado.

Aduz a impugnante.

VII. INCOMPATIBILIDADE DA MODALIDADE LICITATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO COM A COMPLEXIDADE DO OBJETO LICITADO. VIOLAÇÃO AOS ART. 1º DA LEI N. 10.520/2002 106. O Edital tem por objeto a contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, tendo o Município optado por realizar a licitação por meio de pregão eletrônico.

107. No entanto, ao se analisar o Edital e as especificações técnicas definidas para os bens e serviços ora licitados, verifica-se que a modalidade do pregão não é adequada para o presente caso.

108. Como se sabe, a Lei n. 10.520/2002 instituiu a modalidade do pregão, objetivando garantir à Administração Pública maior celeridade e eficiência em contratações públicas, por meio de um procedimento licitatório mais ágil e simplificado.

109. Nesse sentido, a própria Lei n. 10.520/2002 estabeleceu que a utilização do pregão deve se restringir à aquisição de bens e serviços comuns, não sendo modalidade adequada para bens e serviços complexos. O art. 1º, parágrafo único da Lei n. 10.520/2002 define quais bens e serviços são considerados comuns:

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."

Incontroversa a previsão contida no caput do art. 1º da Lei 10.520/02. Segundo a Súmula 257 do TCU:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Por outra feita, nos termos do Acórdão 1.046/2014 – Plenário, ministro Benjamin Zymler, TCU, há que se observar:

"a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de 'serviço comum', mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum [...] 'bem ou serviço comum' deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado.

Portanto, a noção de 'comum' não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de 'bem ou serviço comum'"

14.67
Lima Carvalho
Subsecretário de
Serviços Concedidos
Matr.: 62.771

fl. 68


Rodrigo Lima Carvalho
Subsecretário de
Serviços Concedidos
Matr. 62.771

Neste sentido, há que se observar, ao menos pelo volume de empresas com pedido de esclarecimentos para fins de participação na presente licitação, que o serviço licitado se encontra disponível, há um mercado próprio; logo, comum, podendo ser licitado através da modalidade pregão, observadas os demais requisitos.

Deste modo, o Município, com base nos princípios do direito administrativo, entre eles, o interesse público, a modalidade a ser adotada.



PROCESSO N° 20.644
DATA 11 08 23
Folhas IV 69 Rubrica Felipe

Processo: 20.644/2023

Requerente: Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 03/08/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 11 de agosto de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/40, a existência de diversas irregularidades, a saber: **1)** insuficiência na formulação das exigências de qualificação técnica (item III); **2)** ausência de clareza e insuficiência da informações disponibilizadas no edital para fins de elaboração de propostas (item IV); **3)** ausência de definição de cronograma (item IV.1); **4)** ausência de informações técnicas que definem o objeto (item IV.2); **5)** ausência de definição objetiva do regime de execução dos serviços e da demanda para previsão das medições e remuneração da contratada (item IV.3); **6)** existência de vícios e contradições (item IV.4); **7)** exigências que restringem o caráter competitivo da licitação, com excesso de detalhamento e requisitos (item V); **8)** ilegalidade do critério de desclassificação de proposta com base em valor do preço de referência não divulgado no edital (Item VI); e **9)** incompatibilidade da modalidade licitatória do pregão eletrônico com a complexidade do objeto licitado (item VII).

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 57/60 acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria Municipal de Governo para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 5.1.1 do edital.

A Secretaria Municipal de Governo, em manifestação de fls. 62/65, informa que, em virtude da prestação de serviço contratualizado com a Fundação COPPETEC, com interveniência do programa de engenharia da COPPE/UFRJ, a impugnação foi devidamente encaminhada à contratada para análise, colacionando na íntegra as respostas dos itens impugnados.

Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica.

É o relatório.

II - DO MÉRITO



Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 03/08/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava agendada para 08/08/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Governo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, a própria Secretaria Municipal de Governo afirmou, na manifestação de fls. 62/65, que, em virtude da prestação de serviço contratualizado com a Fundação COPPETEC, com interveniência do programa de engenharia da COPPE/UFRJ, a impugnação foi devidamente encaminhada à contratada para análise, colacionando na íntegra as respostas dos itens impugnados.

Compulsando os autos do processo licitatório, verifica-se que foi celebrado em 03/03/2022 o Contrato de n. 044/2022 com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC, tendo por objeto a contratação de serviço de diagnóstico do Sistema de Transporte Público Coletivo por Ônibus Municipal através do planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, atualização do marco regulatório e da metodologia de cálculo tarifário, buscando observar o art.294, III, alínea "g", itens 1 a 6, da Lei Orgânica n. 4.637, de 12 de julho de 2018.

2



Posteriormente, foi celebrado em 27/01/2023 Termo Aditivo ao Contrato n. 044/2023, com objetivo de aditar o valor do contrato em R\$ 186.582,75 para que a Fundação COPPETEC preparasse o edital e anexos da licitação para contratação da empresa que prestará o serviço de bilhetagem eletrônica.

Portanto, considerando que a COPPETEC foi contratada pela Administração Municipal para esta finalidade, estando responsável pelo planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, bem como pela elaboração do edital licitatório e seus anexos, cabe a mesma a análise da impugnação apresentada.

De fato, todos os itens impugnados foram devidamente respondidos pela COPPETEC, conforme manifestação de fls. 62/65, concluindo pela necessidade de alteração de vários itens do Edital.

Ademais, verifica-se que foram impugnadas apenas questões técnicas referentes ao objeto licitado, cuja análise não é de atribuição desta pasta jurídica.

Isto posto, não tendo sido suscitada qualquer dúvida jurídica, desnecessária a análise desta Procuradoria-Geral.

III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, tendo em vista a resposta apresentada pela COPPETEC, concluindo pela necessidade de alteração de vários itens do Edital, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Governo para as providências cabíveis junto à contratada para a alteração do edital**, com posterior republicação, na forma do art. 21, § 4º da Lei n. 8.666/1993.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023.

Laynne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Processo: 20645/23

Requerente: Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda.

Assunto: impugnação

À Comissão de Pregão;

Considerando o contido às fls. 61/71, segue o processo para conhecimento e providência, notadamente para oportunizar à empresa conhecimento acerca do que fora decidido referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023.

Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771